

SÉRIE
PRINCÍPIOS

Leonor Lopes
Fávero

COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAIS

ea
editora ática



<http://groups-beta.google.com/group/digitalsource>

COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAIS

SÉRIE PRINCÍPIOS

LEONOR LOPES FÁVERO

Sumário

01. Introdução _____	5
02. Coesão e coerência — devem-se distinguir? _____	8
03. Como analisar a coesão _____	13
Revedo alguns autores _____	13
Uma proposta de reclassificação _____	17
04. Coesão referencial _____	18
Substituição _____	19
Reiteração _____	23
05. Coesão recorrencial _____	26
Recorrência de termos _____	27
Paralelismo _____	27
Paráfrase _____	28
Recursos fonológicos, segmentais e supra-segmentais _____	29
06. Coesão seqüencial _____	33
Seqüenciação temporal _____	33
Seqüenciação por conexão _____	35

07. Pausa para análise de textos _____	41
Texto 1: <i>Educação pela pedra</i> — João Cabral de Melo Neto _____	42
Texto 2: <i>Letras louvando Pelé</i> — Carlos Drummond de Andrade _____	44
Texto 3: <i>Ninguém entende de humor</i> — Ziraldo - _	49
Texto 4: <i>A classe</i> — Luís Fernando Veríssimo ____	52
08. Reformulando a noção de coerência _____	59
09. As estruturas cognitivas _____	62
Conceitos _____	62
Modelos cognitivos globais _____	63
Superestruturas _____	69
O conhecimento prévio _____	70
Reverendo a proposta cognitivista _____	72
Conclusão _____	75
10. Pausa para análise de textos _____	76
Retomando o texto 4 _____	76
Texto 5: <i>Negociações</i> — Luís Fernando Veríssimo _____	77
Texto 6: <i>O evento</i> — Millôr Fernandes _____	78
Texto 7: <i>Infância</i> — Carlos Drummond de Andrade _____	79
Texto 8: <i>Cidadezinha qualquer</i> — Carlos Drummond de Andrade _____	81
11. Coesão e coerência no texto conservacional _____	82
O texto conversacional _____	82
Coesão e coerência _____	87
12. Vocabulário crítico _____	99
13. Bibliografia comentada _____	102

1

Introdução

A lingüística textual, como ciência da estrutura e do funcionamento dos textos, começou a desenvolver-se na década de 60 na Europa, especialmente na Alemanha.

A origem do termo lingüística textual encontra-se em Cosériu¹ embora, no sentido que lhe é atualmente atribuído, tenha sido empregado pela primeira vez por Weinrich².

As causas de seu desenvolvimento são, dentre outras, as falhas das gramáticas da frase no tratamento de fenômenos como a referência, a definitivização, as relações entre sentenças não ligadas por conjunções, a ordem das palavras no enunciado, a entoação, a concordância dos tempos verbais, fenômenos estes que só podem ser explicados em termos de texto ou em referência a um contexto situacional.

Assim, o que a legitima é sua capacidade de explicar fenômenos inexplicáveis por meio de uma gramática do enunciado ou, como afirma Conte (1977, p. 17-8), “é a descontinuidade

¹ COSÉRIU, E. 1955. Determinación y entorno. Dos problemas de una lingüística del hablar. Romanistisches Jahrbuch, 7 : 29-54.

² WEINRICH, H. 1966. Linguistik der Lüge. Heidelberg, Verlag Lambert Schneider.

e em outras, como as românicas, a par do termo “texto”, existir também o termo “discurso” acabou por criar uma confusão entre os dois termos, ora empregados como sinônimos, ora com sentidos diferentes.

O termo “texto” pode ser tomado em duas acepções:

“texto em sentido amplo, designando toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano (uma música, um filme, uma escultura, um poema etc.), e, em se tratando de linguagem verbal, temos o discurso, atividade comunicativa de um sujeito, numa situação de comunicação dada, englobando o conjunto de enunciados produzidos pelo locutor (ou pelo locutor e interlocutor, no caso dos diálogos) e o evento de sua enunciação” (Fávero e Koch, 1983, p. 25).

O discurso é manifestado, lingüísticamente, por meio de textos (*em sentido estrito*). O texto consiste, então, em qual quer passagem falada ou escrita que forma um todo significativo independente de sua extensão. Trata-se, pois, de um contínuo comunicativo contextual caracterizado pelos fatores de textualidade: contextualização, coesão, coerência, intencionalidade, informatividade, aceitabilidade, situacionalidade, e intertextualidade.

A finalidade deste livro é examinar dois desses fatores:

coesão e coerência, procurando tornar explícitos mecanismos de estruturação e de compreensão de textos. O assunto é por si bastante complexo e aqui se apresentará não um modelo acabado, mas antes uma proposta, uma linha de reflexões.

Coesão e coerência — devem-se distinguir?

A coesão e a coerência constituem dois fatores importantes da textualidade. Deve-se distingui-las? Como fazer?

Há autores que distinguem dois níveis de análise, cor respondendo a coesão e coerência, embora a terminologia possa ser diferente; outros não distinguem, e outros ou fazem referência a apenas um desses fenômenos ou estudam vários de seus aspectos sem qualquer rotulação.

Hailiday e Hasan (1976) afirmam que o que permite determinar se uma série de sentenças constitui ou não um texto são as relações coesivas com e entre as sentenças, que criam a textura:

Um texto tem uma textura e é isto que o distingue de um não texto. O texto é formado pela relação semântica de coesão” (p. 2).

E dão como exemplo:

“Wash and core six cooking apples. Put them into a fireproof dish”.

É claro, dizem eles, que “them” se refere a “six cooking apples”. Essa função anafórica de “them” é que dá coesão às duas sentenças, que constituem juntas um texto.

Ou seja, a textura seria criada por esses itens lingüísticos e pela relação de coesão que existe entre eles.

Entendem, então, coesão como um conceito semântico referente às relações de sentido que se estabelecem entre os enunciados que compõem o texto; assim, a interpretação de um elemento depende da interpretação de outro. O sistema lingüístico está organizado em três níveis: o semântico (significado), o léxico-gramatical (formal) e o fonológico ortográfico (expressão). Os significados estão codificados como formas e estas, realizadas como expressões. Desse modo, a coesão é obtida parcialmente através da gramática e parcialmente através do léxico.

Halliday e Hasan reconhecem, entretanto, que a noção de coesão precisa ser “complementada” pela noção de registro, entendido como “uma série de configurações semânticas que estão associadas a classes específicas de contextos de situação e que definem a substância do texto: o que ele significa no sentido mais amplo, incluindo todos os componentes de seu significado social, expressivo, comunicativo, representacional etc.” (p. 26).

*Isenberg*¹, lingüista alemão da Academia de Ciências de Berlim (um dos mais importantes centros de gramática gerativa da Europa), procura fundamentar sua gramática de texto na teoria-padrão gerativa, postulando, porém, como unidade básica de estudo o texto, e não o enunciado.

Em seu trabalho cita treze fenômenos somente explicáveis no âmbito da estrutura textual (por exemplo, a anáfora, a seleção de artigos, a pronominalização e os elementos pro adverbiais, a sucessão dos tempos), que podem ser considerados fatores de coesão, ao lado de diversos tipos de textualização,

¹ ISENBERG, H. 1968. Überlegungen zur Texttheory. In: IHwE, Literaturwissenschaft und Linguistik. Ergebnisse und Perspektiven. Frankfurt am Main, Athenäum Fischer Taschenbuch Verlag. (Trad. jt. in: Conte, 1977.)

ou seja, relações entre os enunciados assindeticamente conjugados (por exemplo, conexão causal, conexão de motivos, tematização de objetos novos), estes podendo ser considerados fatores de coerência.

*Weinrich*² estuda aspectos relevantes para a elaboração de uma macrossintaxe dos discursos, como a sintaxe dos artigos e dos tempos verbais; mostra que a distribuição do artigo é um aspecto importante da estrutura sígnica textual, orientando o receptor na compreensão dos demais signos do texto. Quanto aos tempos verbais, classifica-os em dois grandes grupos, com limites bem definidos: os do mundo comentado e os do mundo narrado. Embora não fale nem em coesão nem em coerência, tanto os artigos quanto os tempos verbais devem ser incluídos entre os elementos de coesão.

Beaugrande e Dressier (1981), autores que serviram de ponto de partida para este trabalho, consideram constituírem a coesão e a coerência níveis diferentes de análise.

A coesão, manifestada no nível microtextual, refere-se aos modos como os componentes do universo textual, isto é, as palavras que ouvimos ou vemos, estão ligados entre si dentro de uma seqüência.

A coerência, por sua vez, manifestada em grande parte macrotextualmente, refere-se aos modos como os componentes do universo textual, isto é, os conceitos e as relações sub jacentes ao texto de superfície, se unem numa configuração, de maneira reciprocamente acessível e relevante. Assim a coerência é o resultado de processos cognitivos operantes entre os usuários e não mero traço dos textos.

Observe bem, leitor!

² WEINRICH, H. 1964. *Tempus; Besprochene und Enzahlte welt*. Stuttgart, Kohlhammer. Trad. fr. 1973. *Les Temps; le récit et le commentaire*. Paris, Seuil.

Coesão e coerência constituem fenômenos distintos pelo fato de

- poder haver um seqüenciamento coesivo de fatos isolados que não têm condição de formar um texto (a coesão não é condição nem suficiente nem necessária para formar um texto).

No exemplo

(1) Meu filho não estuda nesta Universidade.

Ele não sabe que a primeira Universidade do mundo românico foi a de Bolonha.

Esta Universidade possui imensos viveiros de plantas.

A Universidade possui um laboratório de línguas.

o item lexical “Universidade” vem constantemente retomado e o sintagma nominal “meu filho” vem pronominalizado. Todavia isto não é suficiente para conferir coerência a estes quatro enunciados. Não temos um texto, apesar de haver uma coesão relativamente forte no encadeamento das sentenças, mas as relações de sentido não unificam essa seqüência.

O mesmo ocorre em

(2) Maria está na cozinha. A cozinha tem as paredes com azulejos. Os azulejos são brancos. Também o leite é branco.

Outro fator que implica distinção entre coesão e coerência é o de

- poder haver textos destituídos de coesão mas cuja textualidade se dá ao nível da coerência:

(3) Luiz Paulo estuda na Cultura Inglesa.

Fernanda vai todas as tardes ao laboratório de física do colégio.

Mariana fez 75 pontos na FUVEST.

Todos os meus filhos são estudiosos.

Como bem aponta Conte (1977, p. 16-7) o exame desses exemplos permite-nos tirar três conclusões:

a. a retomada de elementos não é o único meio para se constituírem relações interfrásicas (não é condição necessária para a coerência).

b. a coerência não deve ser buscada unicamente na sucessão linear dos enunciados (ela não é unidimensional), mas, sim, numa ordenação hierárquica (é pluridimensional). Assim, para a textualidade do exemplo (3), contribui o último enunciado, de ordem superior aos três procedentes — “Todos os meus filhos são estudiosos” —, enunciado este que reduz os outros três a um denominador comum e recupera a unidade.

c. a coerência não é independente do contexto pragmático no qual o texto está inserido, isto é, não é independente de fatores, tais como, escritor/locutor, leitor/alocutário, lugar e tempo do discurso, ou, como diz Marcuschi (1983, p. 22):

“...o texto deve ser visto como uma seqüência de atos de linguagem (escritos ou falados) e não uma seqüência de frases de algum modo coesas. Com isto, entram, na análise geral do texto, tanto as condições gerais dos indivíduos como os contextos institucionais de produção e recepção, uma vez que estes são responsáveis pelos processos de formação de senti dos comprometidos com processos sociais e configurações ideológicas”.

Veja-se o exemplo (4):

(4) “Comemora-se este ano o sesquicentenário de Machado de Assis. As comemorações devem ser discretas para que dignas de nosso maior escritor. Seria ofensa à memória do Mestre qualquer comemoração que destoasse da sobriedade e do recato que ele imprimiu a sua vida, já que o bruxo de Cosme Velho continua vivo entre nós”³

Aqui “Machado de Assis” foi substituído, dentre outros, por “bruxo de Cosme Velho”; neste caso, deve-se saber um pouco de sua vida (morou vinte e quatro anos em Cosme Velho, no Rio de Janeiro), e isto não se obtém a partir do conhecimento da língua, mas, sim, da cultura.

³ Folha de S. Paulo, 4 fev. 1989.

Como analisar a coesão

Reverendo alguns autores

Há inúmeras propostas de classificação das relações coesivas que podem estabelecer-se formalmente num texto. Examinarei brevemente, neste capítulo, algumas delas.

Hailiday e Hasan¹

A coesão textual, isto é, as concatenações frásicas lineares dependem de cinco categorias de procedimento: referência, substituição, elipse, conjunção e léxico.

Referência — função pela qual um signo lingüístico se relaciona a um objeto extralingüístico. Ela pode ser situacional ou exofórica (isto é, extratextual) e textual ou endofórica.

A textual ou endofórica pode ser:

- anafórica: quando o item de referência retoma um signo já expresso no texto.

(5) *Maria é excelente amiga. Ela sempre me deu provas disso.*

¹ Hailiday e Hasan, 1976.

- catafórica: quando o item de referência antecipa um signo ainda não expresso no texto.

(6) *Só desejo isto: que você não se esqueça de mim.*

Há três tipos de referência: pessoal (pronomes pessoais e possessivos), demonstrativa (pronomes demonstrativos e advérbios indicativos de lugar) e comparativa (por via indireta, através de identidades ou similaridades).

Substituição — colocação de um item no lugar de outro(s) ou até de uma oração inteira. Pode ser *nominal* (feita por meio de pronomes pessoais, numerais, indefinidos, nomes genéricos como coisa, gente, pessoa) e *verbal* (o verbo “fazer” é substituto dos causativos, “ser” é o substituto existencial).

Elipse — omissão de um item lexical recuperável pelo contexto, ou seja, a substituição por zero (0). Pode ocorrer elipse de elementos nominais, verbais e oracionais.

Conjunção — tem natureza diferente das outras relações coesivas por não se tratar simplesmente de uma relação anafórica. Os elementos conjuntivos são coesivos não por si mesmos, mas indiretamente, em virtude das relações específicas que se estabelecem entre as orações, períodos e parágrafos. Essas diferentes relações conjuntivas possuem uma série de equivalentes estruturais. Por exemplo:

(7) Um tr seguiu-se à ventania.

(8) Depois da ventania, houve um trovão.

(9) Depois de ventar muito, trovejou.

(10) Ventou muito. Depois trovejou.

Os principais tipos de elementos conjuntivos são: advérbios e locuções adverbiais; conjunções coordenativas e subordinativas; locuções conjuntivas, preposições e locuções prepositivas; itens continuativos como *então, daí etc.*

Para se obter a coesão, é importante a escolha de conectivo adequado para expressar as diversas relações semânticas;

o mesmo conectivo pode expressar relações semânticas diferentes: é, pois, preciso saber reconhecê-las. A omissão de conectivos, embora admissível, só deve ser feita quando a relação semântica estiver bem clara para evitar a ambigüidade (a não ser que seja intencional).

Coesão lexical — é obtida pela reiteração de itens lexicais idênticos ou que possuem o mesmo referente. Inclui-se aí, também, o uso de nomes genéricos cuja função coesiva está no limite entre as coesões lexical e gramatical, nomes estes que estão a meio caminho do item lexical, membro de um conjunto aberto e do item gramatical, membro de um conjunto fechado. Gramaticalmente, os nomes como a *gente*, a *pessoa*, a *coisa*, o *negócio* etc. (determinante + nome geral) funcionam como itens de referência anafórica; lexicalmente, são membros superordenados (hiperônimos) agindo como sinônimos dos itens a eles subordinados (hipônimos).

Outro fator de coesão lexical é a *colocação*, resultante da associação de itens lexicais que regularmente ocorrem. Virtualmente não há colocações impossíveis, mas algumas são melhores do que outras, tendendo para o padrão que, quando fortes, constituem os clichês.

A proposta de Halliday e Hasan suscita algumas indagações:

1. A separação entre referência, substituição e elipse não resiste a uma análise mais acurada, pois a substituição também é uma forma de referência e, se a elipse é, como eles mesmos o dizem, uma substituição por zero (\emptyset), porque considerá-la um tipo à parte?
2. A exófora deve ser considerada um mecanismo coesivo? Se considerarmos coesão, segundo Beaugrande e Dressler (1981), os modos como os componentes do universo textual, isto é, as palavras que ouvimos ou vemos, estão ligados entre si dentro de uma seqüência, só podem ser considerados coesivos os elementos extratextuais recuperáveis no texto.

3. Quanto à coesão dita lexical, não tem ela, também, função de estabelecer referência ou recorrência? Por que então considerá-la um tipo à parte?

Marcuschi²

Baseando-se na proposta de Beaugrande e Dressler (1981), e sem preocupação classificatória (“não podemos ir além de breves incursões em terreno tão vasto”, p. 31), Marcuschi, 1983, apresenta quatro grupos de fatores de “conexão seqüencial”: repetidores, substituidores, seqüenciadores e moduladores.

Repetidores — recorrência, paralelismo e definitivização.

Substituidores — paráfrase, pro-formas (nominais, verbais, adverbiais e pro-sintagmas), pronominalização (anáfora, catáfora e exófora) e elipse.

Seqüenciadores — tempo, aspecto, disjunção, conjunção, contrajunção, subordinação, tema-rema.

Moduladores — entoação e modalidades.

Além das questões que já levantei a propósito da classificação de Halliday e Hasan, faço mais esta:

4. Por que a definitivização é um caso de repetição e não de substituição se, como dizem Brown e Yule (1983, p. 169), “a informação *nova* é caracteristicamente introduzida por expressões indefinidas e subseqüentemente *referida* por expressões definidas”? (grifos meus).

Mira Mateus et alii³

A *Gramática da língua portuguesa*, de Mira Mateus et alii, apresenta a coesão como podendo ser gramatical e lexical. A gramatical pode ser frásica, interfrásica (junção),

² Marcuschi, 1983.

³ Mira Mateus et alii, 1983.

temporal e referencial que engloba a referência, a substituição e a elipse.

Aqui cabe também a mesma questão (3) feita à classificação de Halliday e Hasan: por que considerar a coesão lexical um tipo à parte se ela também tem a função de estabelecer referência?

Fávero e Koch⁴

Em 1985 apresentei, juntamente com I. Koch, uma primeira proposta de classificação da coesão: *referencial*, que englobaria a referência (exofórica e anafórica), a elipse e a definitivização; *lexical*, que englobaria a reiteração e a substituição; *seqüencial*, englobando a temporal e a conjunção de Halliday e Hasan.

Justifica-se aqui, também, a crítica feita às outras classificações com relação à coesão lexical (3 questão) e com relação à referência exofórica (2 questão).

Uma proposta de reclassificação

Feitas estas considerações, está-se tornando possível chegar a uma proposta teórica diferente das já sugeridas: uma classificação em termos de função que exercem esses mecanismos na construção do texto e não de classes de palavras, de léxico etc.

Assim, proponho três tipos de coesão:

referencial

recorrencial

e

seqüencial *stricto sensu*,

que serão estudados nos próximos capítulos.

⁴ FÁVERO, L. L. & KOCH, I. V. 1985. *Reverendo os critérios de textualidade*. (Não-publicado.)

4

Coesão referencial

Reafirmando o que já disse no capítulo anterior, há certos itens na língua que têm a *função* de estabelecer referência, isto é, não são interpretados semanticamente por seu sentido próprio, mas fazem referência a alguma coisa necessária a sua interpretação.

A referência constitui um primeiro grau de abstração: o leitor/alocutário relaciona determinado signo a um objeto tal como ele o percebe dentro da cultura em que vive.

No exemplo (4) observa-se uma série de elementos referenciais:

Machado de Assis = nosso maior escritor = Mestre = ele = bruxo de Cosme Velho.

Um item referencial, por exemplo, ele tomado isoladamente é vazio e significa apenas: procure a informação em outro lugar. No caso, *ele* = *Machado de Assis*.

A coesão referencial pode ser obtida por substituição e por reiteração.

Substituição

A substituição se dá quando um componente é retomado ou precedido por uma *pro-forma* (elemento gramatical representante de uma categoria como, por exemplo, o nome; caracteriza-se por baixa densidade sêmica: traz as marcas do que substitui). No caso de retomada, tem-se uma *anáfora* e, no caso de sucessão, uma *catáfora*.

As pro-formas podem ser *pronominais*, *verbais*, *adverbiais*, *numerais*, e exercem função de *pro-sintagma*, *pro constituente* ou *pro-oração*.

Observe, leitor, os exemplos:

(11) Tenho um automóvel.

Ele é verde. Ele = pro-forma pronominal

função: pro-sintagma

(12) Há a hipótese de terem sido os asiáticos os primeiros habitantes da América. Essa hipótese é bastante plausível.

Essa = pro-forma pronominal

função: pro-constituente

(13) Lúcia corre todos os dias no parque. Patrícia faz o mesmo.

faz = pro-forma verbal (sempre acompanhada de uma forma pro nominal: o, o mesmo, isto etc.)

função: pro-oração

(faz o mesmo = forma cristalizada)

(14) Mariana e Luiz Paulo são irmãos. Ambos estudam inglês e francês.

Ambos = pro-forma numeral

função: pro-sintagma

(15) Paula não irá à Europa em janeiro. Lá faz muito frio.

Lá = pro-forma adverbial

função: pro-sintagma

Observações sobre a substituição

1. Em relação aos pronomes pessoais, somente os de terceira pessoa podem ser considerados propriamente pro-formas, isto é, substitutos textuais.

2. Postal criou o conceito de “ilha anafórica” (anaphoric island), segundo o qual uma pro-forma pronominal só pode substituir anaforicamente um nome, se esse nome estiver na estrutura superficial; um elemento da estrutura profunda não é antecedente suficiente, quer dizer, as pro-formas pronominais sempre se referem a elementos da estrutura superficial e nunca a entidades não recobráveis nessa estrutura. Assim, seria possível:

(16) Os pais de Pedro morreram. Ele os amava muito.

mas não

(17) Pedro é órfão. Ele os amava muito.

embora

órfão = que perdeu os pais.

Parece-me que isto não é possível do ponto de vista sintático, mas *cognitivamente sim*, porque há uma estrutura inferencial processada que permite tal construção. É o que se denomina *anáfora esquemática*, que permite dizer

(18) Minha filha vai casar-se. Ele é médico.

onde não há um antecedente expresso, porém nossa cultura nos permite inferir

[+ humano]

[+ sexo masculino] = o noivo

[+ adulto]

3. Não é possível a substituição por pro-forma pronominal, no caso de entidades negadas, por não ser processável cognitivamente, como no exemplo apresentado por Marcuschi (1983, p. 45):

(19) Não tenho automóvel. Ele é azul.

4. pode ser também *incluída*, na substituição, a questão da definitivização, um problema semântico e de difícil solução no nível da frase. Repito aqui as palavras de Brown e Yule já citadas no capítulo anterior: “a informação nova é caracteristicamente introduzida por expressões indefinidas e subseqüentemente *referida* por expressões definidas” (grifos meus).

Vejam os a seguinte receita:

(20)	<i>Papos-de-anjo</i>
Ingredientes	
18 gemas	2 xícaras de açúcar
4 claras	2 1/2 xícaras de água

Modo de fazer

Papos-de-anjo

Bater bem as gemas. Em separado bater as claras em neve firme e juntá-las às gemas. Levar ao forno em forminhas untadas e polvilhadas com farinha.

À parte preparar uma calda com o açúcar e a água, acrescentando um aromatizante. Quando os docinhos estiverem cozidos, colocá-los na calda e deixá-los ferver até ficarem bem embebidos. Colocá-los numa compoteira ou num prato de cristal e deixar esfriar.

Na lista de *Ingredientes* são introduzidas as entidades “novas”, que, ao serem mencionadas no *Modo de fazer*, tomam a forma de expressões definidas. São entidades já “dadas”: *as gemas, as claras, o açúcar, a água*. E, no *Modo de fazer*, são introduzidas outras entidades “novas”:

uma calda,

um aromatizante,

uma compoteira,

um prato de cristal,

que, ao serem indicadas como entidades “dadas”, tomam a forma definida: *a calda*.

As regras que referem o uso do definido e do indefinido são basicamente duas:

a. Numa seqüência, um referente indefinido deve, para que se mantenha a identidade referencial, ser retomado por um definido, como no exemplo (20).

b. Para que se mantenha a identidade referencial, um definido só pode ser retomado por um definido:

(21) Eduardo comprou um carro. O carro é vermelho (refere o mesmo)

(22) Eduardo não comprou um carro, O carro é vermelho (não refere o mesmo)

É o que diz Marcuschi (1983, p. 35): “Um texto não pode manter o tempo todo suas entidades indefinidas, pois elas não seriam localizáveis no universo cognitivo”. O mais freqüente é uma proporção de três para um na relação entre definidos e indefinidos; às vezes o indefinido não aparece.

O artigo permite a antevisão da informação e sua recuperação no texto: uma expressão introduzida por um definido tem um valor argumentativo bem grande; o autor cria um universo textual em que o referente determinado pelo artigo ganha existência.

5. As pro-formas verbais limitam-se, em português, aos verbos “ser” e “fazer” em exemplos como

(13) Lúcia corre todos os dias no parque. Patrícia faz o mesmo.

e

(23) Vou emprestar-lhe o dinheiro, mas quero que saiba que se afaço é porque confio em você.

O verbo “fazer” substitui somente verbos de ação; verbos de estado, como “parecer”, “ser”, “estar”, não são substituídos por “fazer”. Não posso ter:

(24) * Eduardo se parece com a mãe. Lúcia faz o mesmo.

A substituição de *fazer* exige sempre a presença de uma pro-forma pronominal:

(25) Ana fuma. Maria faz o mesmo.

6. Além da substituição por pro-formas, pode ocorrer também a substituição por zero (\emptyset) — elipse — de entidades já introduzidas no texto.

A elipse pode aparecer substituindo qualquer elemento lingüístico, embora costume limitar-se aos que podem ser substituídos por pro-formas.

Exemplo:

(26) — Aonde você foi ontem?

— À casa de Paulo.

— \emptyset Sozinha?

— Não, \emptyset com amigos.

Reiteração

A reiteração (do latim *reiterare* = repetir) é a repetição de expressões no texto (os elementos repetidos têm a mesma referência).

Dá-se por:

1. Repetição do mesmo item lexical

(27) O fogo acabou com tudo. A casa estava destruída. Da *casa* não sobrara nada.

(28) Diga trinta e três.

— Trinta e três... trinta e três..., trinta e três.

2. Sinônimos

A questão da sinonímia é extremamente complexa. Não existe sinonímia verdadeira, já que todos os elementos léxicos são, de algum modo, diferenciados e a língua não é um espelhamento simétrico do mundo. Como diz Bernárdez (1982, p. 104): “não existe identidade semântica absoluta

entre cachorro e cão, casa e mansão etc., pois variam tanto em suas conotações como em seu nível lingüístico, registro etc.”.O importante é a identidade referencial, pois a sinonímia não é um problema puramente léxico, mas textual.

(29) *A criança caiu e chorou. Também o menino não fica quieto!*

3. Hiperônimos e hipônimos

Quando o primeiro elemento mantém com o segundo uma relação todo—parte, classe—elemento, tem-se um hiperônimo; e, quando o primeiro elemento mantém com o segundo uma relação parte—todo, elemento—classe, tem-se o hipônimo. Diferentemente dos hiperônimos, os hipônimos permitem maior precisão, deixando o texto menos vago.

Exemplos:

(30) Gosto muito de doces. Cocada, então, adoro. (hiperônimo)

(31) Os corvos ficaram à espreita. As aves aguardavam o momento de se lançarem sobre os animais mortos. (hipônimo)

Dressler¹ observa que uma construção como

(32) Pedro viu uma moto. O veículo brilhava ao sol.

— em que há uma relação de inclusão e o segundo componente tem uma extensão maior — é possível porque na estrutura profunda semântico-lexical há uma definição — uma moto é um veículo — ou uma inclusão pelo traço [+ veículo] no componente moto. Porém, uma construção como

(33) Pedro viu um veículo. A moto brilhava ao sol.

— em que a extensão semântica maior está no primeiro componente — é “insólita” porque falta um intermediário: era uma moto.

¹ DRESSLER, W. 1982. Einführung in die Textlinguistik, Tübingen, Max Nie meyer. Trad. ital. Introduz jone alia Lingujstjca dei Texto, Roma, Officina, 1974.

Assim, pode-se dizer que a anáfora é possível, mesmo sem um conceito intermediário, no alargamento, mas não no estreitamento.

4. Expressões nominais definidas

Quando há retomadas (repetições) do mesmo fenômeno por formas diversas, esse tipo de reiteração baseia-se no nosso conhecimento do mundo e não num conhecimento somente lingüístico.

No exemplo (4), “Machado de Assis”, “nosso maior escritor”, “Mestre” e “bruxo de Cosme Velho” se equivalem como substitutos textuais (é o que se chama de *múltiplo referenciamento*).

O mesmo ocorre no exemplo (34):

(34) O cantor Sting tem lutado pela preservação da Amazônia. O ex- líder da banda Police chegou ontem ao Brasil. O vocalista chegou com o cacique Raoni, com quem escreveu um livro.

A continuidade superficial se mantém com o auxílio do funcionamento sociopragmático da língua; as relações entre “Sting”, “ex-líder da banda Police” e “vocalista” são relações imanentes ao texto e não somente à língua.

5. Nomes genéricos

Nomes gerais como “gente”, “pessoa”, “coisa”, “negócio”, “lugar”, “idéia” funcionam como itens de referência anafórica:

(35) “Até que o mar, quebrando um mundo, anunciou de longe que trazia nas suas ondas *coisa* nova, desconhecida, forma disforme que flutuava, e todos vieram à praia, na espera... E ali ficaram, até que o mar, sem se apressar, trouxe a coisa; e depositou na areia surpresa triste, um homem morto..2 (Grifos meus.)

(Há também uma relação hiperonímica: *coisa*—um homem morto.)

5

Coesão recorrencial

A coesão recorrencial se dá quando, apesar de haver re tomada de estruturas, itens ou sentenças, o fluxo informacional caminha, progride; tem, então, por função levar adiante o discurso.

Constitui um meio de articular a informação nova (aquela que o escritor/locutor acredita não ser conhecida) à velha (aquela que acredita conhecida ou porque está fisicamente no contexto ou porque já foi mencionada no discurso) (Brown e Yule, 1983, p. 154).

Observação importante: não se deve confundir *recorrência* com *reiteração*.

A *recorrência* tem por função, repito, assinalar que a informação progride; e a *reiteração* tem por função assinalar que a informação já é *conhecida* (dada) e mantida.

Reconheço que as coisas não são assim tão simples, pois na *recorrência* há também uma referência; porém se deve falar sempre em *termos de dominância*.

Constituem casos de coesão recorrencial: *recorrência de termos*; *paralelismo* (= *recorrência de estruturas*); *paráfrase* (= *recorrência semântica*); recursos fonológicos segmentais e supra-segmentais.

Recorrência de termos

Dressler (1982, p. 34-5) reconhece, na recorrência de termos, dentre outras, as funções de ênfase, intensificação e “um meio para deixar fluir o texto”.

Em

(36) “Irene preta Irene boa
Irene sempre de bom humor [.....] ¹

Ou então nos seguintes versos de Fernando Pessoa ² em que a repetição do termo “cansaço” consegue imprimir-lhe um caráter concreto:

(37) “O que há em mim é sobretudo cansaço
Não disto nem daquilo,
nem sequer de tudo ou de nada:
Cansaço assim mesmo, ele mesmo,
Cansaço.”

Ou nestes, de Chico Buarque de Holanda:

(38) “Pedro pedreiro, pedreiro esperando o trem
que já vem, que já vem, que já vem, que já vem...”

Paralelismo

Ocorre paralelismo quando as estruturas são reutilizadas, mas com diferentes conteúdos.

No poema de Manuel Bandeira *Irene no Céu*, exemplo (36), há não só recorrência de termos, mas também de estruturas.

Cito ainda, como exemplos de paralelismo, recorrência de termos e uso de termos do mesmo campo lexical, um trecho

¹ BANDEIRA, M. 1958. Poesia e prosa. Rio de Janeiro, Aguilar. v. 1, p. 218.

² PESSOA, F. 1960. Obra poética. Rio de Janeiro, Aguilar. p. 360-1.

do texto de Rubem Alves já referido no exemplo (35) e o fragmento da “Ode triunfal de Fernando Pessoa”, assinada por Álvaro de Campos (Pessoa, 1960, p. 265).

(39) “Era uma aldeia de pescadores onde a alegria fugira, e os dias e as noites se sucediam numa monotonia sem fim, das mesmas coisas que se diziam, dos mesmos gestos que se faziam, e os olhares eram tristes, baços peixes que já nada procuravam, por saberem inútil procurar qualquer coisa, os rostos vazios de sorrisos e de surpresas, a morte prematura morando no enfado, só as intermináveis rotinas do dia-a-dia, fusão daqueles que se haviam condegado a si mesmos, sem esperança, nenhuma outra praia pra onde navegar...”

(40) “Eia! eia! eia!

Eia eletricidade, nervos doentes da Matéria!

Eia telegrafia sem fios, simpatia metálica do Inconsciente!

Eia túneis, eia canais, Panamá, Kiel, Suez!

Eia todo o passado dentro do presente!

Eia todo futuro já dentro de nós! eia!

Eia! eia! eia!

Frutos de ferro e útil da árvore-fábrica Cosmopolita!

Eia! eia! eia-hô-ô-ô!

Nem sei que existo para dentro. Giro, rodeio, engenho”

Paráfrase

A paráfrase é uma atividade efetiva de reformulação pela qual, como diz Fuchs 3, “bem ou mal, na totalidade ou em parte, fielmente ou não, se restaura o conteúdo de um texto- fonte, num texto-derivado”.

Como apontam Fávero e Urbano 4,

3 FUCHS C. 1983. La paraphrase linguistique. Le Français dans le monde, 178, p. 129-32.

4 FÁVERO, L. L. & URBANO, H. 1988. A paráfrase e outras formas de reconstrução da informação. Taubaté, XXX Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo. A publicas em Estudos Lingüísticos.

“todo e qualquer texto tem uma multivocidade inerente (= muitas leituras); o enunciador faz sempre uma interpretação do texto-fonte e, assim, não só o restaura de modo diferente, mas também faz uma interpretação do texto-derivado no momento em que o produz como paráfrase”.

Contribui para a coesão de texto, já que atua como articuladora entre informações antigas e novas; distingue-se da repetição na medida em que possui uma característica importante: a criatividade — ausente daquela, caracterizada pelo automatismo.

Constituem exemplos de paráfrases as fábulas de La Fontaine.

Recursos fonológicos, segmentais e supra-segmentais

Chegamos aqui, caro leitor, a um ponto pouco estudado na lingüística em geral e em especial na lingüística de texto: a função do componente fonológico no estabelecimento da coesão. Se, como diz Dressler (1982, p. 115), “em princípio, a forma fonética do texto é uma consequência da estrutura semântica fornecida pela sintaxe”, ela somente poderá ser prevista se levar em conta pelo menos a pragmática, a estilística e a psicolingüística.

Levantarei somente alguns casos em que a coesão é também obtida com esse componente.

1. Ritmo

Elemento pouco tratado na lingüística, ele é parte na formação do texto. A duração relativa das sílabas está ligada, de um lado, à posição das pausas, acentos e entoação; de outro, a mudança do tempo pode constituir por si só uma função delimitadora ou um realce. Para que fique clara a função do ritmo na obtenção da coesão (e da coerência também),

deve-se entendê-lo como uma sucessão de movimentos num jogo de tensão e distensão; assim a análise rítmica é indissociável da rede complexa de significantes que compõem o texto.

O *silêncio* exerce inúmeras funções, podendo-se destacar: fim do texto; o locutor necessita de tempo para refletir; perdeu o interesse em prosseguir seu discurso; não pode ou não quer dar uma resposta (por exemplo, porque não quer *comprometer-se abertamente*); cala-se *intencionalmente* (por exemplo, por cortesia, para não magoar o interlocutor). Estas duas últimas funções são particularmente importantes por que o interlocutor pode reconstituir o conteúdo semântico ou pelo menos temático do que não foi dito (quem cala, consente). Ocorre também a ameaça, especialmente se há uma interrupção definitiva (aposiopese).

No exemplo

(41) — Se você fizer isto, então...

o conteúdo semântico de ameaça é mais ou menos claro, tanto que a resposta poderá ser

— Então, o quê?

Esta delimitação mediante silêncio, pausa, aparece também no texto escrito, por exemplo, nas narrativas das *Mil e uma noites*.

Entoação: o andamento da altura tonal tem, no texto, função distintiva e demarcativa: distintiva, porquanto a melodia do texto é diferente da frase, e demarcativa, porque delimita as porções textuais: há mais claramente uma entoação descendente no fim de uma seqüência e ascendente no início de outra. Isto se torna mais evidente na língua falada, porém não é exclusivo dela. Thomas Mann, no romance *A montanha mágica*, mostra o significado da entoação no fim do texto quando fala de Hans Castroup:

(42) “Disse a sua parte até o fim, calou-se, fez ponto final e seguiu o seu caminho como um homem”.

Deve-se considerar também o *efeito das reticências, das frases incompletas*. Em *Ulisses*, de Joyce, o monólogo interior é apresentado sem pontuação e com variação enorme do ritmo.

2. Recursos de motivação sonora

Destaco a expressividade das vogais e das consoantes, aliteraões, ecos, assonâncias etc., e passo a apresentar alguns exemplos.

No já citado exemplo (38), as consoantes j e v imitam o chiado dos freios, dando-nos a sensação de parada lenta.

No exemplo (43), o poema “Um sonho”, de Eugênio de Castro ⁵ tem-se a *aliteração*.

(43) “Na messe que enloirece, estremece a Quermesse;

O sol, celestial girassol, esmorece...

E as cantilenas de serenos sons amenos

Fogem fluidas, fluindo à fina flor dos fenos...

As estrelas com seus halos

Brilham com brilhos sinistros...

Cornamusas e crótalos,

Cítolas, cítaras, sistros

Soam suaves, sonolentos,

Em suaves, lentos lamentos De acentos

Graves...

Suaves...”

A harmonia das vogais contribui para a fluidez, vaguidão, imprecisão do texto.

Às vezes, como aponta Mattoso Câmara Jr. ⁶ a propósito da estrofe de Cruz e Souza

(44) “Vozes veladas, veludasas vozes,

Volúpia dos violões, vozes veladas,

⁵ CASTRO, E. 1968. *Obras poéticas*. Lisboa, Parceria A. M. Pereira.

⁶ MATTOSO CÂMARA JR., 3. 1977. *Contribuição à estilística portuguesa* 3. ed. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico.

Vagam dos velhos vórtices velozes
dos ventos, vivas, vãs, vulcanizadas”,

o som do violão se esvai diante da insistência do fonema /v/.

No poema “Jogo de bola”, Cecília Meireles⁷ usa e abusa do efeito das vogais abertas, bem como das consoantes bilabiais e alveolares, de modo a sugerir o ruído da bola e, ao mesmo tempo, a alegria e despreocupação da infância.

(45) “A bela bola

rola:

A bela bola do Raul.

Rosa amarela,

a da Arabela.

A do Raul,

azul.

Rola a amarela

e pula a azul.

A bola é mole,

é mole e rola.

A bola é bela,

é bela e pula,

É bela, rola e pula, é m azul.

A do Raul é de Arabela,

e a de Arabela é de Raul.”

Veja também a crônica de Carlos Drummond de Andrade, “Letras louvando Pelé”, que você encontrará no capítulo 7 deste livro.

Coesão seqüencial

Os mecanismos de coesão seqüencial *strictu sensu* (porque toda coesão é, num certo sentido, seqüencial) são os que têm por função, da mesma forma que os de recorrência, fazer progredir o texto, fazer caminhar o fluxo informacional. Diferem dos de recorrência, por não haver neles retomada de itens, sentenças ou estruturas.

Podem ocorrer por seqüenciação temporal e por conexão ¹.

Seqüenciação temporal

Embora todo texto coeso tenha uma seqüenciação temporal (já que a coesão é linear) uso o termo em sentido estrito: para indicar o tempo do “mundo real” ou, como afirmam Mira Mateus et alii (1983, p. 197),

“Qualquer seqüência textual só é coesa e coerente se a seqüencialização dos enunciados satisfizer as condições conceptuais sobre localização temporal e ordenação relativa que

¹ “Junção”, na terminologia de Beaugrande e Dressier (1981); “conjunção”, na de Halliday e Hasan (1976); e “conexão”, na de van Dijk (1977),

sabemos serem características dos estados de coisas no mundo selecionado pela referida seqüência textual” (grifos meus)

Assim, a seqüenciação temporal pode ser obtida por;

1. ordenação linear dos elementos — é o que torna possível

dizer

(46a) Vim, vi e venci.

e não

(46b) * Venci, vi e vim,

ou

(47a) Levantou cedo, tomou banho e saiu,

e não

(47b) * Saiu, tomou banho e levantou.

2. expressões que assinalam a ordenação ou continuação das seqüências temporais:

(48) Primeiro vi a moto, depois o ônibus.

49) Os capítulos anteriores tratam da eletrostática; agora falaremos da eletrodinâmica, deixando os problemas do eletromagnetismo para os próximos.

3. partículas temporais:

(50) Não deixe de vir amanhã.

(51) Irei ao teatro logo à noite.

4. correlação dos tempos verbais (consecutio temporum):

(52a) Ordenei que deixassem a casa em ordem.

(52b) Ordeno que deixem a casa em ordem.

(53) Paulo não chegou ainda embora tivesse saído cedo.

congela

(54) Se a água atingir 0 °C, congelará.

congelou.

Seqüenciação por conexão

Num texto, tudo está relacionado; um enunciado está subordinado a outros na medida em que não só se compreende por si mesmo, mas ajuda na compreensão dos demais. Esta interdependência semântica e/ou pragmática é expressa por *operadores do tipo lógico, operadores discursivos e pausas*.

Os operadores do tipo lógico têm por função o tipo de relação lógica que o escritor/locutor estabelece entre duas proposições (não devem ser confundidos com os operadores lógicos propriamente ditos, porque as línguas naturais têm sua própria lógica, diferente da lógica formal).

Os operadores discursivos têm por função estruturar, através de encadeamentos, os enunciados em textos, dando-lhes uma direção argumentativa, isto é, orientando o seu sentido em dada direção.

Estudarei agora alguns desses elementos de conexão e as relações que podem estabelecer 2:

1. Operadores do tipo lógico

Os operadores do tipo lógico podem estabelecer, por exemplo, relações de:

- *Disjunção*: combina proposições por meio do conector ou, que pode ser inclusivo, correspondendo ao latim *vel* e

2 Foge aos objetivos deste livro um estudo exaustivo dos operadores. Para outras informações, veja-se, entre Outros: FÁVERO, L. L. 1987. O processo de coordenação e subordinação: uma proposta de revisão. In: KIRST & CLEMENTE, org. *Linguística aplicada ao ensino de português*, Porto Alegre, Mercado Aberto. Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada em 1985, no Encontro do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, em São José do Rio Preto, São Paulo.

significando um ou outros, possivelmente ambos; essa relação só é verdadeira se uma das proposições ou ambas forem verdadeiras — $p \vee q$ (em que: p, q = proposições lógicas; \vee = disjunção inclusiva).

(55) — Quer sorvete ou chocolate?

— Quero os dois.

No exemplo (55), o leitor/alocutário interpreta a pergunta como uma seqüência de alternativas compatíveis. A expressão e/ou explicita esse sentido:

(56) Há vagas para moças e/ou rapazes.

As proposições podem, porém, ser combinadas por ou exclusivo (p diferente q), correspondendo ao latim *aut*, indicando que somente uma das duas é verdadeira, nunca ambas:

(57) Pedro ou João será eleito presidente do clube.

- *Condicionalidade*: conecta proposições que mantêm entre si uma relação de dependência entre a antecedente e a conseqüente: afirma-se não que ambas são verdadeiras, mas que a conseqüente será verdadeira se a antecedente o for. A condicionalidade pode ser de três tipos:

- factual ou real (será apresentada mais adiante)

- não factual ou hipotética

(58a) Se chover, não iremos à festa.

(58b) Se chovesse, não iríamos à festa.

- contrafactual ou irreal

(59) Se tivesse asas, voaria até o Sol.

(60) Se tivesse dinheiro, compraria uma fazenda.

- *Causalidade*: a relação de causalidade está inserida no tipo factual ou real da condicionalidade. Há relação de causalidade sempre que se verifica entre duas proposições A e B uma relação de causa e conseqüência:

61) Se Paulo é homem então é mortal.

(62) A água congelou porque chegou a 0 °C.

Nestes exemplos, tem-se uma relação de implicação lógica (se $p \rightarrow q$): a proposição A implica necessariamente a proposição B: Se Paulo é homem, necessariamente é mortal — todo homem é mortal. Se a água congelou, necessariamente chegou a 0 °C. Portanto, certas construções exprimem tanto uma relação de causa e consequência, quanto uma relação de implicação entre A e B (causa = condição necessária e suficiente).

Não se pode esquecer, porém, de que as línguas naturais têm sua própria lógica: assim, em outras construções factuais ou reais, ocorre a relação de causa (condição suficiente) e consequência, mas não há relação de implicação entre A e B:

- | | | | | | |
|------|--|------------------|-------------------------------|-------|----------|
| (63) | Falou baixo
consequência | porque
já que | havia
causa | gente | dormindo |
| (64) | Ele gritou tanto durante o jogo
causa | | que
consequência | ficou | rouco |
| (65) | Não estudou e
causa | | foi reprovado
consequência | | |

A relação de causalidade é expressa pelas construções que a gramática chama de causais, conclusivas e consecutivas.

- *Mediação*: as relações de mediação, do mesmo modo que as de causalidade, também fazem parte da condicionalidade, mas as destaca por razões didáticas.

As relações de mediação são expressas por duas proposições, uma das quais exprime o meio para se atingir um determinado fim:

(66) Fugiu para que não o vissem.

(67) Saiu cedo para chegar a tempo na reunião.

- *Complementação*: expressa-se por duas proposições, uma das quais complementa o sentido de um termo da Outra:

(68) Necessito de um livro.

(69) Mariana deu um presente a Luís.

(70) Levantou a hipótese de que os primeiros habitantes do lugar foram os asiáticos.

Aqui cabe uma observação: a relação apositiva — como em

Digo-lhes uma coisa: *João falará hoje*.

— nada mais é que um elemento de referência (hiperônimo):

o fragmento textual “João falará hoje”, que estabelece o referente da cadeia anafórica, Ocorre no discurso subsequente àquele em que surge o termo anafórico. E a catáfora enfática que cria expectativas no leitor/alocutário e não um tipo especial de oração como quer a Nomenclatura Gramatical Brasileira.

- *Restrição ou delimitação*: expressa-se por duas proposições em que uma restringe, limita a extensão de um termo da outra.

(71) Vi a menina que toca piano. (a menina)

(72) Ladrão que rouba ladrão tem cem anos de perdão. (ladrão)

Como já apontaram Mira Mateus et alii (1983), há muitas correspondências entre as relações de restrição e as de causalidade, referencialidade, simultaneidade temporal e outras:

(73) Comprei os livros que você pediu. (referência)

(74) Um dia quando estiveres bem velhinha recordarás com saudade este momento (simultaneidade temporal)

(75) Quem vai a Portugal, perde o lugar. (condicionalidade)

2. Operadores do discurso

Os operadores do discurso podem ser, por exemplo, de conjunção, disjunção, contra junção, explicação, conclusão, comparação. Examinarei aqui, sucintamente, alguns desses tipos:

- **Conjunção:** designa o tipo de conexão cujos conteúdos se adicionam: baseia-se na relação semântica de compatibilidade:

(76) Chove e faz frio.

- **Disjunção:** trata-se da disjunção de enunciados que têm orientações discursivas diferentes, e não da disjunção lógica já examinada em “Operadores do tipo lógico”.

(77) Estude bastante para os exames. Ou você já se esqueceu do que lhe aconteceu no ano passado?

- **Contra junção:** designa o tipo de conexão que articula seqüencialmente frases cujos conteúdos se opõem.

(78) Todas as frutas se conservaram, mas o morango azedou.

(79) Fez o que quis mas levou na cabeça.

(80) porém
contudo

Jogou muito bem, todavia não conseguiu o título almejado
entretanto
no entanto

(81) Foi à festa embora estivesse doente.

(82) Sairemos ainda que chova.

(83) Insiste em fazer o curso, apesar de não se ter saído bem nas provas.

O *mas* ocorre sempre em enunciados factuais e a não satisfação de condições para que uma situação ocorra frustra uma expectativa que se cria no leitor/alocutário.

Em (81) a (83), há uma situação inesperada ou não desejada; ocorre em enunciados factuais, hipotéticos ou contrafactuais, porém mantém uma expectativa no alocutário

Uma diferença fundamental entre os segmentos introduzidos por *mas* e os introduzidos por *embora*, *mesmo que*, *apesar de* etc, é que com o primeiro só é possível a ordem p, mas que e nunca mas q, p, e com os segundos é possível A, embora B e Embora B, A; neste último, enuncia-se, com antecedência, que o argumento se manterá.

- *Explicação ou justificação*: introduz-se uma explicação de um ato anteriormente realizado:

(84) “Quando eu disse que essa teoria fazia parte da velha medicina, remeti a crença para muito longe, mas olhe que ela durou... Tanto que muitos dicionários e enciclopédias que andam por aí ainda definem humorista como médico atuante da escola de Galeno,

(Ziraldo, *Ninguém entende de humor*)

(85) Deve ter havido um acidente, *pois* uma ambulância parou na esquina.

Observe-se que não se trata de uma relação de *causa e consequência* isto é não se trata de relação de causalidade, mas de explicação, justificação

3. Pausas

Indicadas, na escrita, por dois-pontos, vírgula, ponto- e-vírgula ou ponto-final etc., substituem os conectores frásicos, podendo assinalar relações diferentes facilmente explicitadas:

(86) Não mexa nesses fios; levará um choque, (condicionalidade)

(87) Não fui ao casamento; mandei um telegrama. (contrajunção)

(88) Onze e meia. Preciso ir. O metrô pára à meia-noite (causalidade)

(89) Estava cansado; decidi não sair. (conclusão)

¹Este livro foi digitalizado e distribuído GRATUITAMENTE pela equipe Digital Source com a intenção de facilitar o acesso ao conhecimento a quem não pode pagar e também proporcionar aos Deficientes Visuais a oportunidade de conhecerem novas obras.

Se quiser outros títulos nos procure http://groups.google.com/group/Viciados_em_Livros, será um prazer recebê-lo em nosso grupo.

Pausa para análise de textos

A esta altura você já tem uma noção básica da coesão textual. Agora verá como se pode trabalhar esta noção no texto. A análise não será exaustiva; em cada texto serão apresentadas algumas ocorrências desse fator e você poderá completar a análise.

Atenção, porém!

- Num texto, a exploração de alguns fatores em detrimento de outros evidencia a constituição peculiar de cada texto, caracterizando conseqüentemente seu produtor.
- As marcas lingüísticas constituem indicadores das intenções do autor, porém podem não coincidir exatamente com estas mesmas intenções ou porque ele as mascarou ou por que o texto permite leituras não previstas. Assim, nunca se pode saber o que o autor quis realmente dizer.

“O texto prevê determinados sentidos, excluindo outros, de determinadas leituras, excluindo outras, porém não uma única leitura. Deste modo, a análise levantará marcas que levarão às intenções do texto, mas com certeza não haverá uma única leitura.” ¹

¹ FÁVERO, L. L. 1985. Competência textual e ensino de leitura. Anais do V Congresso de Leitura do Brasil, UNICAMP. p. 159-63.

Neste sentido, pode-se dizer que todo leitor é também um produtor.

- Alerto também, para o fato de que, por razões didáticas, serão levantadas predominantemente marcas de coesão e, posteriormente, em outros textos, as de coerência. Porém, não só estes não são, como já apontei na “Introdução”, os únicos fatores de textualidade (este livro propôs-se a discutir somente esses dois), como também é fato que o texto constitui uma totalidade em que tudo está relacionado e como tal deve ser visto. Por isso, embora predomine a análise de marcas coesivas, outras também serão assinaladas.
- Para facilitar a localização dos fatos apontados, os textos foram numerados e esta numeração está indicada na análise.

Texto 1:

Educação pela pedra — João Cabral de Melo Neto ²

“Uma educação pela pedra; por lições;
 para aprender da pedra; frequentá-la;
 captar sua voz inenfática, impessoal
 (pela de dicção ela começa as aulas).
 5 A lição de moral, sua resistência fria
 ao que flui e a fluir, a ser maleada;
 a de poética, sua carnadura concreta;
 a de economia, seu adensar-se compacta:
 lições da pedra (de fora para dentro,
 10 cartilha muda), para quem soletrá-la.”

Re-leitura:

Uma educação pela pedra é *possível* por lições;
 para aprender da pedra é *preciso* frequentá-la;
 é preciso captar sua voz inenfática, impessoal
 (pela *ausência* de dicção ela começa as aulas)
 não dicção

² Poesias completas. 1977. 2. cd. Rio de Janeiro, José Olympio.

A lição de moral é *dada* por sua resistência fria
 ao que flui (por sua *resistência fria*), a fluir (por sua resistência fria),
 a ser maleada;
 a lição de poética é *dada* por sua carnadura concreta;
 a lição de economia é *dada* por seu adensar-se compacta:
 lições da pedra (de fora para dentro,
 cartilha muda), só *podem* ser vistas por quem soletrá-la.

Há uma tentativa de ocultar o modalizador (elipse):

é possível (modalidade 3 alética) (1.º verso)

é preciso (modalidade deôntica) (2 verso)

A pedra não fala:

pela *de* dicção ela começa as aulas

(privação)

Voz inenfática, impessoal

cartilha muda

É preciso ser educado por ela: ver a lição que não é fala da, mas mostrada;
 a pedra fala sem dizer; ela *mostra*, não fala.

E segue-se o percurso desse processo de educação:

Primeiro, pela lição de moral: a pedra resiste, não se deixa moldar nem pelo
 que passa nem pelo ato de passar; ela resiste: às coisas — o que passa — e
 ao tempo — ato de passar.

Segundo, pela lição de poética: carnadura — musculatura; carne/dura —
 rigidez, não sujeita a golpes ou ferimentos.

E, terceiro, pela lição de economia: adensar-se compacta — uníssona.

Os dois últimos versos retomam a idéia do saber ver o que ela mostra:

cartilha muda — soletrá-la (recorrência parafrástica)

Nos oito primeiros versos, as pausas (ponto dois-pontos, ponto) substituem
 os conectores interfrásicos e assinalam a conjunção (adicionam-se
 argumentos a favor de

3. Modalidade: atitude do locutor perante o enunciado que produz; pode ser alética (= refere-se ao eixo da existência), deôntica (= refere-se ao eixo de conduta, ao que se deve fazer) e epistêmica (= refere-se ao eixo da crença, ao conhecimento de um estado de coisa).

uma mesma conclusão); nos dois últimos, há a contra junção (o conteúdo se opõe a algo explícito nos enunciados anteriores)

mas lições da pedra só para quem soletrá-la,

isto é, para quem a perfurar, porque o que a reveste é duro (carnadura concreta), rígido, resistente; é necessário tirar, furar, perfurar a dureza de sua carne para ver o que há dentro, para senti-la.

Como você pode ver, o texto se caracteriza pela intensa utilização da elipse e das pausas. Este procedimento trouxe uma série de implicações ao nível da coerência, fazendo com que o texto possa ser coerente para uns, e não para outros, possibilitando amplamente várias leituras.

Os conectores interfrásicos são substituídos, no texto, pelas pausas (ponto-e-vírgula, ponto, dois-pontos) que assinalam relações de conjunção e de contra junção: lições da pe dra só podem ser vistas por quem soletrá-la.

Texto 2:

Letras louvando Pelé — Carlos Drummond de Andrade

Pelé, pelota, peleja, Bola, boião, balaço. Pelé sai dando balõeszinhos.

Vai, vira, voa, vara, quem viu, quem previu? GGGGooooolll.

Menino com três corações batendo nele, mina de Ouro mineira.

5 Garoto pobre sem saber que era tão rico. Riqueza de todos, a to dos doada na ponta do pé, na junta do joelho, na perna do peito. E dança. Bailado de ar, bola beijada, beleza. A boa bola, bólide, brasil-brincando. A trave não trava, trevo de quatro, de quantas pétalas, em quantas provas, que se contam. Mil e muitas. Mundo.

10 O gol de letra, de lustre, de louro, O gol de placa, implacável. O gol sem fim, nascendo natural, do nada, do nunca; se fazendo fácil na trama difícil, flóreo, feliz. Fábula. Na árvore de gols Pelé colhe mais um, romã rútila. No prato de gols papa mais um, receita rara. E não perde a fome? E não periga

15 a força? E não pesa afama?

45

Ama.

Ama a bola, que o ama, de mordente amor. Os dois combinam-se, mimam-se, ameigam-se, amigam-se. “Vem comigo”, e entram juntos na meta. Quem levou quem? Onde um termina, e a outra

20 começa, mistura fina.

Saci-pererê, saci-pelelê, só pelê, Pelé, na pelada infantil. Assim se forma um nome, curto, forte, aberto. Saci com duas pernas pulando por quatro? Nunca vi. Nem eu. Mas vi. Saci corta o ar em fatias diáfanas, corta os atacantes, os defensores, saci-bola,

25 tatu-bola, roaz, reto, resplandece.

A arte que se tira do corpo, as belas artes do movimento, do ritmo. Músculos, nervos, tecidos, domados, acionados. Reflexos em flor florindo sempre. Escultura que a todo instante se modela e desfaz e refaz, dirente, fluida. Pelé, escultor de si mesmo. A esmo.

30 Errante. Constante. Presente. Presciente. Próvido.

O sonho de todas as crianças a envolvê-lo. O sonho de continuar

nos adultos, novelo, desvelo. Não é do Santos, é de todos os Santos e pecadores. Sua foto leal, seu jeito legal. Um que sabe e não

é prosa; a maior proeza.

35 Não quer tomar pileques de glória, vai para sua casa, seu povinho, seu que-fazer. Deu tanta alegria que também precisa viver a sua. Chamada paz. Não pode? Pode. Não deve? Claro que deve. E nós, lhe devendo tanto, ainda iríamos lhe cobrar mais uns quantos? Mas leva a bola consigo; sem camisa amarela; só ela. Vai jogar

40 em família, com seu clube, sua paz, seu número dez. A bola não ficou triste, a bola alegre resiste. Vai conversando com ela. Agora estamos mais livres? Vamos viver mais para nós? A bola indaga; tem voz.

Pois é, responde Pelé. O nome rima no ar. Nome fácil de guardar.

45 De dizer. Os sons se cruzam, se abraçam. Pelé no Maracanã.

O imenso coro ressoa. Pe-lé, Pe-lé, Pe-lé.

Até

Amanhã.

Não é adeus, é até

50 logo, Pelé, até.

No Maracanã, na esperança, no mundo, o nome, a lembrança, a presença de Pelé.

Carlos Drummond de Andrade parece brincar com as palavras para louvar a arte de Pelé que brinca com a bola. Essa brincadeira dá a impressão do desenrolar do jogo: os dribles, os chutes, o gol.

Predominam os elementos de coesão recorrencial vou apontar alguns e você poderá levantar outros; indicarei também

alguns de coesão sequencial; levante Outros e, também, os de referência, que não são poucos.

1. Coesão recorrencial

• Paralelismo

O gol de letra, de lustre, de louro, O gol de placa, implacável. O gol sem fim, nascendo natural, do nada, do nunca;... (is. 10-1)

E não perde a fome? E não periga a força? E não pesa a fama? (is. 14-5)

Nunca vi. Nem eu. Mas vi. (1. 23)

A bola não ficou triste, a bola alegre resiste. (1. 41)

• Recorrência de termos

boa—bola—bólide (1. 7)

placa—implacável (1. 10)

• Recursos fonológicos segmentais e supra-segmentais

a. aliteração, sugerindo o bate-bola:

Pelé, pelota, peleja. (1. 1)

Bola, bolão, balaço (1. 1)

b. aliteração, imitando movimentos rápidos (/v/, ligação com verso/b/, com bailado; /f/, com fuga):

Vai, vira, voa, vara, quem viu, quem previu? (1. 3)

Bailado de ar, bola beijada, beleza. (1. 7)

... se fazendo fácil na trama difícil... (1. 11-2)

flóreo, feliz. Fábula. (1. 12)

c. alternância de vogais, indicando a alegria ou o espanto do povo:

A boa bola, bólide, brasil-brincando. (1. 7-8)

O gol de letra, de lustre, de louro. O gol de placa, implacável..., se fazendo fácil, na trama difícil, flóreo, feliz. (is. 10-2)

d. associação de vocábulos de mesmos traços fonológicos:

Os dois combinam-se, mimam-se, ameigam-se, amigam-se. (Is. 17-8) Errante. Constante. Presente. Presciente. (1. 30)

e. alteração da forma dos vocábulos aproximando conteúdos diferentes:

Saci-pererê, saci-pelelê, só pelê, Pelé, na pelada infantil. (1. 21)

... saci-bola, tatu-bola, roaz, reto, resplandece. (1. 24-5)

f. rimas:

... sem camisa amarela; só ela. (1. 39)

A bola não ficou triste, a bola alegre resiste. (1. 41)

2. Coesão seqüencial por conexão

Há também importantes elementos de conexão — as pausas e operadores. Observe que a ausência destes últimos intensifica a sugestão de velocidade:

Não é do Santos, é de todos os Santos... (contra junção) (is. 32-3)

Sua foto leal, seu jeito legal. (conjunção) (1. 33)

A bola não ficou triste, a bola alegre resiste. (contra junção) (1. 41)

Agora estamos mais livres? Vamos viver mais para nós? (conjunção) (1. 42)

A bola indaga; tem voz. (explicação) (Is. 42-3)

O nome rima no ar. Nome fácil de guardar. (contra junção) (is. 44-5)

Nome fácil de guardar. De dizer. (conjunção) (Is. 44-5)

Não é adeus, é até logo (contra junção) (is. 49-50)

Particularizemos mais a análise, detendo-nos na parte final do texto, a partir de “Não quer tomar pileques de glória...”, na linha 35.

Pelé abandona o futebol e vai viver para suas coisas:

“sua casa, seu povinho, seu que-fazer”.

Deve Pelé abandonar o futebol ou não?

Há um belíssimo jogo de vozes: é a polifonia (incorporação que o locutor faz ao seu discurso de asserções atribuídas a outros enunciadores — interlocutores, terceiros, opinião pública). O locutor acumula funções, se desdobra em vários enunciadores, fala de várias perspectivas enunciativas:

(Enunciador 1 (E 1) = opinião pública)

“Não pode”

“Não deve”

narrativo o locutor (E2) acha que a opinião pública (E1) tem razão: realmente Pelé vai fazer uma falta enorme.

E conclui: no Maracanã, ficam a *lembrança* e a *presença* de Pelé.

Texto 3:

Ninguém entende de humor — Ziraldo ⁵

A dificuldade da compreensão do que seja humor decorre muito da origem da palavra, de suas transformações semânticas, significando quase sempre, à primeira vista, coisas muito próximas umas das outras. A origem da palavra é latina, humor, oris

5 (quem sabe, da terceira declinação), e era todo o centro da velha medicina, desde Hipócrates, passando por Galeno, até os alquimistas da Idade Média. Eles acreditavam que o organismo do homem era regido por humores (fluidos orgânicos) que percorriam — ou apenas existiam — em maior ou menor intensidade em nosso

10 corpo. Eram quatro os humores: o sangue, a fleuma (secreção pulmonar), a bile amarela e a bile negra. E eram também estes quatro fluidos ligados aos quatro elementos fundamentais: ao Ar (seco), à Água (úmido), ao Fogo (quente) e à Terra (frio), respectivamente. A predominância acentuada de um deles determinaria

15 o homem sanguíneo, o fleumático, o colérico ou o melancólico. Como forma de exteriorização dos temperamentos regidos pelos fluidos orgânicos, coube ao colérico o esgar, ao sanguíneo a apoplexia, ao melancólico a lágrima e ao fleumático o sorriso amarelo. Quando eu disse que essa teoria fazia parte da velha medicina

20 remeti a crença para muito longe, mas olha que ela durou... Tanto que muitos dicionários e enciclopédias que andam por aí ainda definem humorista como o médico atuante da Escola de Galeno, especialista que acredita “que a predominância normal de um dos humores é a causa de todas as doenças”. A palavra humor,

25 contudo, quanto ao seu significado primeiro em latim, continua a mesma. O sangue, a bílis, opus (oh, o pus!) são humores.

A lágrima também...

Já que a crença de que eram os humores que determinavam os temperamentos durou tanto, é fácil de se entender que:

30 1. quem tinha humores mais agradáveis, menos malignos, era um cara de bom-humor;

2. o camarada que tivesse humores coléricos em predominância, seria um tipo de mau-humor;

⁵ Revista Vozes, 3, abr., 1970.

3. o indivíduo que tivesse seus humores todos muito bem balan

35 ceados, seria um bem-humorado;

4. ao contrário, um que não tivesse tudo posto em equilíbrio no corpo (e na cuca), seria um mal-humorado; e, finalmente,

5. o que tivesse a noção dos humores em seu corpo, a capacidade de equilibrá-los por si mesmo e — em consequência — a noção

40 e o sentido das coisas em sua volta, este teria o senso dos humores ou, em outras palavras — e outra língua — the sense of humour!

O texto de Ziraldo é marcado pela presença acentuada de elementos coesivos. Vejamos:

1. Coesão referencial

- Substituição

No primeiro parágrafo:

... decorre muito da origem da palavra [humor] de suas transformações... (elipse) (is. 1-2)

... significando quase sempre, à primeira vista, coisas muito próximas *umas das outras*. (elipse) (is. 3-4)

A origem da palavra [humor]... (elipse) (1. 4)

Eles acreditavam... (pro-forma pronominal anafórica, função de prosintagma) (i. 7)

... era regido por humores (fluidos orgânicos) que... (pro-forma pronominal anafórica, função de pro-sintagma) (1. 8)

... ou apenas existiam... (elipse) (1. 9)

Eram quatro os humores: o sangue... (elipse catafórica) (1. 10) ao Ar (seco), à Água (úmido), ao Fogo (quente) e à Terra (frio), *respectivamente*. (pro-forma adverbial, função de pro-sintagma distributivo) (is. 12-4)

... de um deles determinaria... (pro-forma pronominal, função de pro sintagma) (1. 14)

... o fleumático, o colérico ou o melancólico. (definitivização, elipse)

(1. 15)

... coube ao colérico o esgar, ao sanguíneo a apoplexia, ao melancólico a lágrima e ao fleumático o sorriso amarelo. (definitivização, elipse) (is. 17-8)

No terceiro parágrafo:

... de que eram os humores que determinavam... (pro-forma pronominal, função de pro-sintagma) (is. 28-9)

... seria um bem-humorado... (elipse) (1. 35) ... um
que não tivesse... (elipse) (1. 36)

... seria um mal-humorado... (elipse) (1. 37)

... a capacidade de equilibrá-los... (pro-forma pronominal anafórica, função de pro-sintagma) (is. 38-9)

... este teria o senso dos humores... (pro-forma pronominal anafórica, função de pro-sintagma) (is. 40-1)

Como se pode ver, abundam os casos de substituição (e olhe que o levantamento não está completo!), sem criar ambigüidades ou diminuição da informação; no último parágrafo, note que as elipses têm por função evitar a repetição das expressões referenciais.

- Reiteração

Examinemos o terceiro parágrafo. Nos itens:

1. quem tinha humores... era um cara de bom-humor;
2. o camarada que tivesse humores... seria um tipo de mau-humor;
3. o indivíduo que tivesse tudo... seria um bem-humorado;
4. um que não tivesse tudo... seria um mal-humorado;...

há uma relação de hiperonímia. Já o trecho

e, finalmente,

5. o que tivesse a noção dos humores... este teria o senso dos humores...

particulariza; há uma relação hiponímica, ressaltando a importância do humorista — o único que possui o *senso dos humores*, *the sense of humour*.

Veja que não se repetem as expressões referenciais — elas são reiteradas por hiperônimos e hipônimos, e a elipse é usada também como um recurso para não repetir.

2. Coesão seqüencial

Merecem destaque os encadeamentos entre os parágrafos.

O segundo parágrafo se inicia por: “Quando eu disse que essa teoria...”, onde, por meio de um conector temporal, o locutor retoma tudo o que foi

enunciado anteriormente. Neste segundo parágrafo, ainda saliento: “Tanto que muitos dicionários...” — *tanto que* não é aqui um operador consecutivo (como se decora na escola!) nem causal (não há relação de causa/conseqüência). O que se tem é um ato de justificativa ou explicação de um outro ato anterior; o encadeamento se faz não sobre o enunciado, mas sobre a enunciação.

O terceiro parágrafo se inicia por: “Já que a crença de que eram os humores...” — relação de causa/conseqüência que introduz a síntese.

3. Inter-relacionamento de campos lexicais

Há desde o começo um inter-relacionamento de três campos lexicais que se destacam nitidamente:

- a. campo da medicina
- b. campo lingüístico
- c. campo do humor propriamente dito.

Eles se cruzam, e no terceiro parágrafo assume relevância o campo do humor — o humorista é o único que entende de humor (daí sua importância), o único que possui o *senso dos humores*, *the sense of humour!*

Texto 4:

A classe — Luís Fernando Veríssimo ⁶

“A eliminação gradual da classe média brasileira, um processo que começou há anos mas que de uns tempos para cá assumiu proporções catastróficas, a ponto de a classe média brasileira ser hoje classificada pelas Nações Unidas como uma espécie em extinção,

⁵ junto com o mico-rosa e a foca-focinho-verde, está preocupando autoridades e conservacionistas nacionais. Estudam-se medidas para acabar com o massacre indiscriminado que vão

⁶ Revista Veja, 17 out. 1984.

desde o estabelecimento de cotas anuais — só uma determinada parcela da classe média poderia ser abatida durante uma temporada

10 — até a criação de santuários onde, livre de impostos extorsivos e protegida de contracheques criminosos e custos predatórios, a classe média brasileira se reproduziria até recuperar sua antiga força numérica, e numerária. Uma espécie de reserva de mercado. A tentativa de recriar a classe média brasileira

15 laboratório, como se sabe, não deu certo, Os protótipos, assim que conseguiram algum dinheiro, fretaram um avião para a Disneyworld.



A preservação natural da classe média brasileira evitaria coisas constrangedoras como a recente reunião da classe realizada 20 em São Paulo, à qual, de vários pontos do Brasil, compareceram dezessete pessoas. As outras cinco não conseguiram crédito para a passagem. A reunião teve de ser transferida do Morumbi para a mesa de uma pizzaria, e ninguém pediu vinho. Uma proposta para que a classe fizesse greve nacional para chamar a atenção 25 do país para a sua crescente insignificância foi rejeitada sob a alegação de que ninguém iria notar. Fizeram uma coleta para financiar a eleição de representantes da classe média na Assembléia Constituinte, mas acabaram devolvendo os 10 cruzeiros. A única resolução aprovada foi a de que, para evitar a perseguição, todos 30 se despojassem de sinais ostensivos de serem da classe média, como carro pequeno etc., e passassem a viver como pobres. Aí não seria rebaixamento social, seria disfarce. No fim os garçons se cotizaram e deram uma gorjeta para os integrantes da mesa.

Cenas lamentáveis têm ocorrido também com ex-membros

35 da classe média que, passando para uma classe inferior, não sabem como se comportar e são alvo do desprezo de pobres tradicionais que os chamam de ‘novos pobres’.

Viu aquela ali? Quis fazer caneca de lata de óleo e não sabe nem abrir um buraco com prego.

40 — E usa lata de óleo de milho.

— Metida a pouca coisa...

— Já viram ela num ônibus? Não sabe empurrar a borboleta com a anca enquanto briga com o cobrador.

— E não conta o troco!

45 — Berço é berço, minha filha.

Alguns pobres menos preconceituosos ainda tentam ajudar os novos pobres a evitar suas gafes.

— Olhe, não leve a mal...

— O quê?

50 — É o seu jeito de falar.

— Diga-me.

— Você às vezes usa o pronome oblíquo muito certo.

— Mas...

— Aqui na vila, pronome oblíquo certo pega mal.

55 — Sei.

— E outra coisa...

— O quê?

— Os seus discos.

— O toca-discos foi a única coisa que eu consegui salvar

60 quando me despejaram.

— Eu sei. Mas Julio Iglesias?”

Aqui, num primeiro momento, será feito o levantamento dos fatores de coesão e, no capítulo 10, o exame do texto, do ponto de vista de sua coerência.

1. Coesão referencial Substituição

• Substituição

a. por pro-formas

a classe média brasileira se reproduziria até recuperar sua antiga força...(Is. 12-3)

pro-forma pronominal anafórica, função de pro-constituente (classe média)

As outras cinco não conseguiram crédito... (1. 21)
pro pronominal anafórica, função de pro-sintagma (pessoas).

... e ninguém pediu vinho. (pessoas) (1. 23)

pro-forma pronominal anafórica, função de pro-sintagma

... todos se despojassem... (pessoas) (Is. 29-30)

pro-forma pronominal anafórica, função de pro-sintagma

— É o sei jeito de falar. (1. 50)

pro-forma pronominal (Locutor2)

— Os seus discos. (1. 58)

pro-forma pronominal (Locutor2)

— O toca-discos foi a única coisa que eu consegui salvar quando me despejaram. (Is. 59-60)

pro-forma pronominal anafórica,
função de pro-sintagma (Locutor1)

b. por definitivização

Principais termos definitivizados

a classe (título; Is. 1, 3, 9, 12, 14, 18, 19, 24, 27, 30, 35)

a eliminação (1. 1)

o massacre (1. 7)

os protótipos (1. 15)

a preservação (1. 18)

a perseguição (1. 29)

2. Reiteração

• Repetição do mesmo item lexical

classe (título; Is. 19, 24)

classe média (Is. 9, 27, 30, 35)

classe média brasileira (Is. 1, 3, 12, 14, 18)

novos pobres (Is. 37, 47)

pobres (Is. 31, 47)

lata de óleo (Is. 38, 40)

• Sinonímia

pobres

classe inferior

pobres tradicionais

classe média

mico-rosa

foca-focinho-verde
 ex-membros da classe média
 novos pobres

- Relações hiperonímias

classe média

dezessete pessoas
 Outras cinco
 integrantes
 ex-membros

medidas

estabelecimento de cotas anuais
 criação de santuários

coisas constrangedoras

recente reunião

sinais ostensivos

carro pequeno

outra coisa

discos

- Relações hiponímicas

toca-discos

única coisa

Observação: como já disse, falo sempre em termos de dominância, mas os elementos se imbricam, como aqui, em que há elementos que são, ao mesmo tempo, de reiteração (repetição) e de recorrência.

3. Coesão seqüencial

- Conjunção

e (ênfase) (Is. 11, 13)

como (especificação do segundo conteúdo e sua relação com o primeiro) (1. 19)

e (conjunção e Condicionalidade) (1. 36)

e (conjunção) (is. 40, 44, 56)

enquanto (conjunção de conteúdos e seqüencialidade temporal) (1. 43)

- Contra junção

e (1. 23)

mas (1. 28)

e (1. 38)

mas (1. 61)

- Condicionalidade

pausa (condição suficiente) (1. 17)

e (condição suficiente) (1. 36)

- Restrição

que (1. 8)

à qual (1. 20)

- Complementação

de que (1. 29)

como (1. 36)

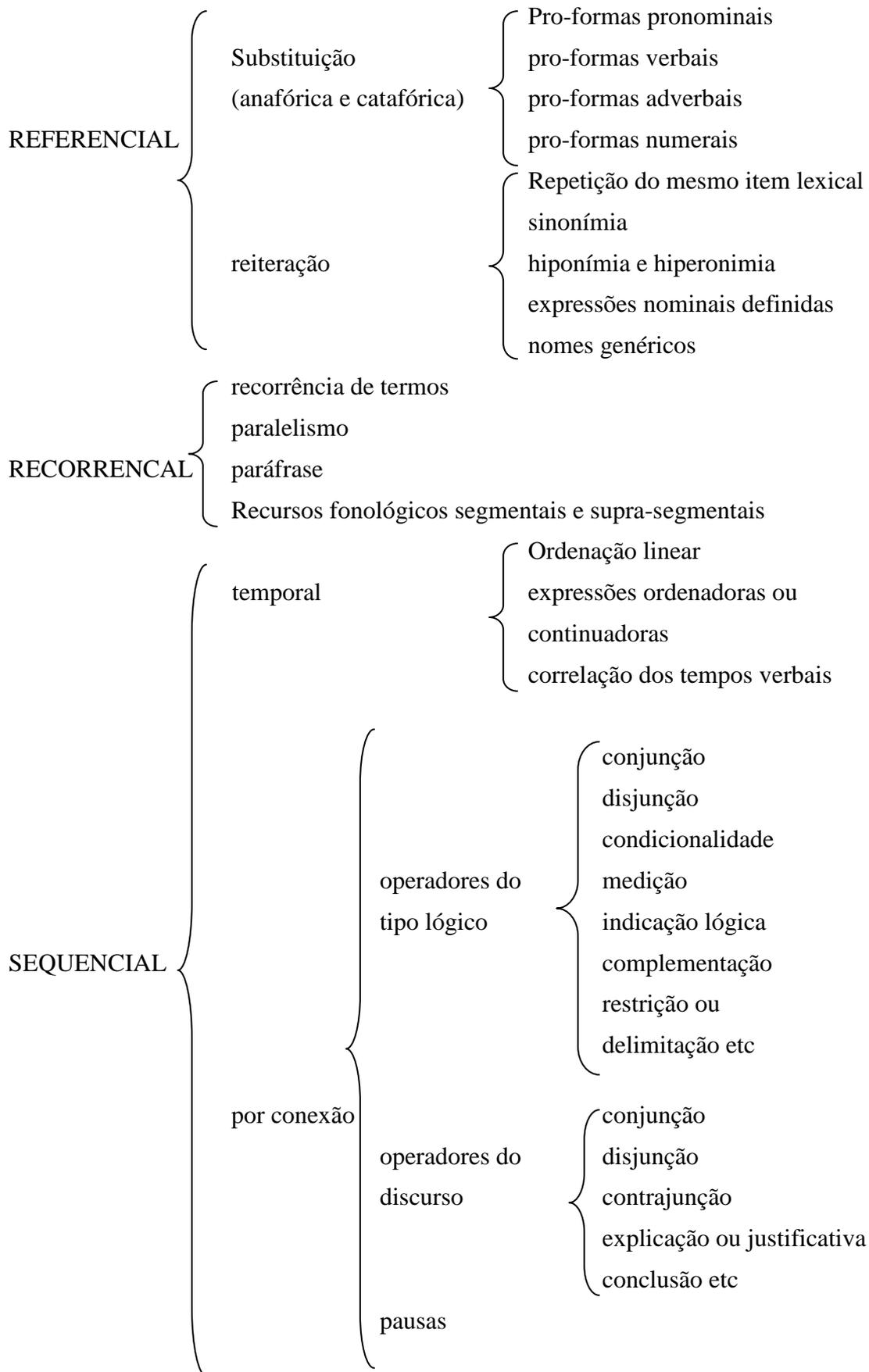
O quê (1, 49)

pausa (1. 53)

Como você pode notar, o texto é, da mesma forma que o texto 3, altamente coesivo e o título *A classe* remete ao texto, mostrando que se trata de uma classe determinada (presença do artigo definido), mas não há a especificidade de que classe se trata, o que desperta a curiosidade levando à leitura.

O desenho, símbolo convencional da divisão da sociedade em classes, constitui uma paráfrase do texto, fornecendo pistas sobre o assunto.

ESQUEMA GERAL DOS FATORES DE COESÃO



Reformulando a noção de coerência

Como você já viu nos capítulos anteriores, os fatores de coesão são os que dão conta da estruturação da seqüência superficial do texto; e os de coerência, os que dão conta do processamento cognitivo do texto e permitem uma análise mais profunda do mesmo.

Assim, enquanto a coesão se dá ao nível microtextual — conexão da superfície do texto, a coerência caracteriza-se como o nível de conexão conceitual e estruturação do sentido, manifestado, em grande parte, macrotextualmente.

Segundo Beaugrande e Dressler o texto coerente é aquele em que há uma continuidade de sentidos entre os conhecimentos ativados pelas expressões do texto, e é

“incoerente aquele em que o leitor/alocutário não consegue descobrir nenhuma continuidade, comumente porque há uma séria discrepância entre a configuração de conceitos e relações expressas e o conhecimento anterior de mundo dos receptores” (Beaugrande e Dressler, 1981, . 84).

“Enquanto o significado consiste na capacidade de uma expressão lingüística de apresentar ou veicular conhecimentos ou conteúdos, o sentido constitui aquilo que é atualmente veiculado pelas expressões que ocorrem num texto, sendo, por tanto, atualização seletiva de significados potenciais. Propõem,

assim, Beaugrande e Dressler, que se defina o sentido de uma expressão ou conteúdo de um conceito como um conjunto ordenado de hipóteses sobre a obtenção e ativação de elementos cognitivos dentro de um modelo atualizado.”¹

O texto contém mais do que o sentido das expressões na superfície textual, pois deve incorporar conhecimentos e experiência cotidiana, atitudes e intenções, isto é, fatores não lingüísticos. Deste modo, um texto não é em si coerente ou incoerente; ele o é para um leitor/alocutário numa determinada situação.

O exemplo (90), a seguir, mostra um texto com uma coesão seqüencial pouco visível e sem retomadas explícitas. Se nos mantivermos no princípio de que as sentenças denotam seqüências de fatos, o texto só seqüenciaria fatos isola dos e não exibiria uma textura que permitisse chamá-lo de texto. Seria, segundo Halliday e Hasan (1976), um não-texto, porém o título, Manifesto futurista, e seu autor, Marinetti, permitem que estabeleçamos um continuum de sentido. O texto exige um pouco de conhecimento do Modernismo, especialmente do Futurismo e do papel do poeta italiano Filippo Tommasio Marinetti no movimento, o que não nos é dado a partir do conhecimento da língua, mas, sim, da cultura.

Isso tudo leva Beaugrande e Dressier (1981) e Marcuschi (1983) a adotarem a semântica procedimental (*procedural semantics*), proposta por Winograd (1976) e Miller e Johnson-Laird (1976) como a mais adequada para o tratamento da coerência porque opera com dois níveis de aquisição de conhecimentos: razão e experiência. Nela se distinguem dois tipos de conhecimento: o declarativo e o procedimental.

Conhecimento declarativo: é o conhecimento dado pelas sentenças e suas proposições que organizam os conhecimentos

¹FÁVERO, L. L. & KOCH, I. V. 1985. Critérios de textualidade Veredes, PUC-SP, p. 17-34.

a respeito de situações, eventos e fatos do mundo real e entre as quais se estabelecem relações do tipo lógico como de generalização, especificação, causalidade etc. (armazena do na memória semântica).

Conhecimento procedimental: é o conhecimento dado pelos fatos ou convicções num determinado formato, para um uso determinado. Esse conhecimento, armazenado na memória episódica através de determinados modelos globais, é culturalmente determinado e construído através da experiência e trazido à memória ativa (= espaço de organização dos conhecimentos declarativo e procedimental) no momento da interação verbal, a partir de elementos presentes no texto.

No exemplo (90), o título e o nome do autor permitem, num primeiro momento, que isto ocorra.

Esses conhecimentos (que determinam a produção de sentido e, conseqüentemente, a coerência) estão armazenados na memória em estruturas cognitivas: conceitos, modelos cognitivos globais e superestruturas que serão examinados a seguir.

(90) Manifesto futurista — Marinetti 2

“Arte vida explosiva. Italianismo paroxístico. Antimuseu. Anti cultura. Antiacademia. Antilógica. Antigracioso. Antisentimental. Contra as cidades mortas — Modernolatria. Religião da nova originalidade velocidade. Desigualdade — Intuição e inconsciência criadoras — Esplendor geométrico. Estética da máquina. Heroísmo na arte e na vida. Café-concerto, físico-loucura e veladas futuristas. — Destruição da sintaxe. Imaginação sem fios. Sensibilidade geométrica e numérica. Palavras em liberdade ruidosas. Quadros palavras livres sinóticos coloridos. Declamação sinótica andante — Solidificação do impressionismo. Síntese de forma-cor. Dinamismo plástico. Estados de alma. Linhas-força. Transcendentalismo físico.”

2 In: TORRE, G. 1965. Historia de las literaturas de vanguardia. Madrid, Guadarrama. p. 151.

As estruturas cognitivas ¹

Conceitos

Os conceitos são, segundo Marcuschi, uma constelação de conhecimentos armazenados, na memória semântica e na memória episódica, em unidades consistentes, porém não monolíticas ou estanques. Beaugrande e Dressler apresentam uma tipologia bastante extensa, embora não exaustiva, dos conceitos, distinguindo como primários e secundários. Os primários funcionam como controles centrais, isto é, como pontos por meio dos quais se dá, estrategicamente, o processamento do texto; a partir deles são ativados os secundários.

São primários: objetos, situações, eventos, ações; secundários (dou somente alguns exemplos, já que o rol é extenso): agente, instrumento, tempo, locação, entidade afetada (tipos já acolhidos pela *gramática de casos* de Filimore),

¹ Este capítulo contou com a colaboração da professora Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade. Para outras análises da coerência, veja também: FERNANDES DOS REIS, Z. M. J. 1987. A leitura compreensiva. São Paulo, PUC. Dissertação de Mestrado; GARRAFA, L. C. 1987. Coerência e literatura infantil. Dissertação de Mestrado.

cognição, emoção, volição, percepção etc. (relaciona dos a operações mentais), quantidade, modalidade, equivalência, oposição etc. (relativos a sistemas de significados).

Modelos cognitivos globais

Os modelos cognitivos globais são blocos de conhecimentos intensamente utilizados no processo de comunicação e representam de forma organizada nosso conhecimento prévio armazenado na memória.²

Assim, dada uma situação, por exemplo num cinema, o locutor (escritor/falante) não precisa informar a seu interlocutor (leitor/ouvinte) que há uma bilheteria onde se compra o ingresso, uma sala de projeção com tela grande e poltronas, que as luzes são apagadas quando se inicia a projeção, que é preciso fazer silêncio etc. Este tipo de representação está organizado na memória como “uma unidade completa de conhecimento estereotipado” (ibidem). São modelos cognitivos globais os frames, esquemas, planos, *scripts* e cenários.

Frames (= quadros, molduras)

A teoria dos *frames* foi proposta por Minsky³ (dentro de uma perspectiva cognitivista) e, como o próprio título da obra o indica, trata-se de um mecanismo de armazenagem de conhecimento por computadores, isto é, como representar o conhecimento na linguagem artificial, de forma que se aproxime da linguagem natural.

Os *frames* são modelos globais que contêm o conhecimento comum sobre um conceito primário (geralmente situações estereotipadas), como Natal, Carnaval, Imposto

² Brown e Yule, 1983, p. 236 et seqs.

³ MINSKY, M. 1975. A framework for representing knowledge. In: WINSTON, P. The psychology of computer vision. New York, McGraw-Hill.

de Renda, Fundo Monetário Internacional, INPS etc. Os *frames* estabelecem que elementos, “em princípio, fazem parte de um todo, mas não estabelecem entre eles uma ordem ou seqüência (lógica ou temporal)”

Exemplificando:

(91a) Festa de aniversário

A atualização dessa expressão ativa na mente do interlocutor elementos como: bolo, brigadeiro, bolas, roupas bonitas, música etc.; estes elementos individualmente são conceitos, mas conjuntamente constituem um *frame* sobre festa de aniversário (observe-se que não se estabelece entre eles uma seqüência).

O mesmo ocorre em

(91b) Natal

A atualização dessa expressão ativa na mente do interlocutor elementos como: árvore, Missa do Galo, presentes, correrias, presépio, ceia, festas etc.; esses elementos individualmente são conceitos, mas conjuntamente constituem um *frame*.

Quando se defronta com uma situação nova, seleciona da memória uma estrutura lá armazenada — o *frame*; essa estrutura, porém, “pode ser adaptada para adequar-se à realidade, mudando-se, quando necessário, alguns pormenores”. Assim, um professor provavelmente ativará, em Natal, elementos como: encerramento das aulas, correção de provas, entrega das notas; e um diretor de firma, gratificação aos funcionários, brindes, encerramento do exercício, balanços e outros.

Observe o exemplo (92), extraído do texto “A raposa e as uvas”, de Jô Soares, publicado na revista *Veja* (1? de abril de 1992):

(92) Passava certo dia uma raposa perto de uma videira. Apesar de normalmente nunca se alimentar de uvas, pois se trata de um animal carnívoro e não vegetariano — o que nos faz desconfiar um pouco da fábula original —, sua atenção foi chamada

pela beleza dos cachos que reluziam ao sol. Fenômeno estranhíssimo, uma vez que, geralmente, para desespero dos ecologistas, dos adeptos de alimentos naturais, toda fruta cultivada é revestida por uma fina camada protetora de inseticida e dificilmente pode refletir a luz solar com tal intensidade. Sendo curiosa e matreira como toda raposa matreira e curiosa, aproximou-se para melhor observar a videira. Os cachos estavam colocados muito acima de sua cabeça, e o animal (sem insulto) não teve oportunidade de prová-los, mas, sendo grande conhecedor, bastou-lhe um olhar para perceber que as uvas não estavam maduras.

“Estão verdes” — disse a raposa, deixando estupefatos dois coelhos que estavam ali perto e que nunca tinham visto uma raposa falar. [...] Note-se por esse pequeno detalhe aparentemente sem importância o profundo conhecimento que a raposa tinha de uvas ao afirmar, com convicção, que, apesar de pretas, elas eram verdes.

O texto constitui uma tentativa bem-humorada de satirizar e quebrar *frames* que a tradição cultural foi-nos impondo. Veja, por exemplo, sátiras ao frame de raposa:

“[...] curiosa e matreira como toda raposa matreira e curiosa [...]”, “[...] que nunca tinham visto uma raposa falar [...]”, “[...] o profundo conhecimento que a raposa tinha de uvas ao afirmar, com convicção, que, apesar de pretas, elas eram verdes”

Esquemas

Os esquemas são, segundo Beaugrande e Dressler, modelos cognitivos globais de eventos ou estados dispostos em seqüências ordenadas, ligadas por relações de proximidade temporal e causalidade; são previsíveis, fixos, determinados e ordenados.

O termo foi usado pela primeira vez, em 1932, pelo psicólogo inglês Bartlett na obra *Remembering 4* e reintroduzido nas últimas décadas por estudiosos da lingüística, psicologia

cognitiva e inteligência artificial ⁵ interessados em caracterizar como nosso conhecimento de mundo está organizado e como tal organização influi na compreensão do texto.

Para Bartlett nossa memória não é meramente reprodutiva, mas construtiva, isto é, utilizamos, no processo de compreensão, não só as informações contidas no texto, mas também o saber acumulado em experiências passadas que não se apresentam desordenadamente mas estão organizadas em estruturas “que nos levam a esperar ou predizer certos aspectos” — são os esquemas. A maior contribuição de Bartlett foi a de assinalar que os esquemas “são estruturas que permanecem ativas e em evolução” (op. cit., p. 201).

Observe o exemplo do marido que diz à esposa:

(93) Há um acidente grave na esquina, pois uma ambulância e um carro da polícia estão parados lá.

A percepção de acidente foi possível porque temos um conhecimento acumulado sobre acidentes de trânsito, conhecimento esse organizado num *esquema* que contém elementos como ambulância que é chamada em caso de acidente com *vítimas*, *polícia* que chega para providenciar remoção das vítimas, liberação do tráfego, exame técnico do local para determinar culpabilidade. Esse conhecimento prévio, *partilhado* com o interlocutor e cujos componentes estão organizados em um esquema, é que permite a compreensão.⁶

O esquema é seletivo e permite grande economia, pois possibilita deixar implícito aquilo que é típico de uma situação

⁵ RUMELHART, D. E. & ORTONY, A. 1977. The representation of knowledge in memory. In: ANDERSON, R.; SEIKO, R.; MONTAGUE, W., eds. *Schooling and the acquisition of knowledge*. New Jersey, Erlbaum; RUMELHART, D. E. 1980. *Schemata: the building blocks of cognition*. In: SPIRO, R. et alii. *Theoretical issues in reading comprehension*. New Jersey, Erlbaum. DIJK, T. A. van. 1981. *Studies in the pragmatics of discourse*. New York, The Hague Mouton. Idem. 1983. *La ciencia del texto*. Buenos Aires, Paidós.

⁶ Para Outros exemplos, consulte KLEIMAN, A. 1989. *Texto e leitor*. Campinas, Pontes.

No exemplo aqui citado, aspectos como a presença de pessoas observando, de policiais, de carros parados, a cor e a marca desses carros, a aparência geral dos policiais etc. passam despercebidos.

Os esquemas podem ser rompidos, recurso utilizado com muita frequência, por exemplo, na linguagem da propaganda. Parece haver um limite de tolerância em relação a essa ruptura, pois, embora ela torne a leitura interessante (tem-se a impressão de que o leitor/ouvinte já espera essa quebra), desde que intensa, pode desorientar esse mesmo leitor/ouvinte, impedindo o estabelecimento de relações entre o seu universo cognitivo e os conhecimentos ativados.

Planos

Como caracterizam Schank e Abelson ⁷ e Marcuschi (1983), planos são “modelos de comportamento deliberados exibidos pelas pessoas, podendo abranger vários propósitos superpostos”. Além de terem todos os elementos numa ordem previsível, levam o leitor/ouvinte a perceber a intenção do escritor/falante e é isso que os distingue dos esquemas: permitem reconhecer o que pretende o planejador. Exemplos: um funcionário que tem um plano de recompensa no trabalho ou um adolescente que organiza um plano para conseguir dos pais permissão para sair com os amigos.

Scripts

A noção de *script* foi desenvolvida por Schank e Abelson a partir da noção de *frame* de Minsky. São planos estabilizados, utilizados ou invocados freqüentemente “para especificar os papéis dos participantes e as ações deles esperadas”;

⁷ SCHANK, R. C. & ABELSON, R. P. 1977. Scripts, plans, goals and under standing. New York, Eribaum.

diferentemente dos planos, são estereotipados e contêm uma rotina preestabelecida.

‘Enquanto um *frame* é geralmente considerado um conjunto de elementos sobre uma situação estereotipada, o script é mais dinâmico, pois incorpora uma seqüência estereotipada de ações que descrevem uma situação’ (Brown e YuIe, 1983, p. 243).

Observe os exemplos (93a) e (93b):

(93a) “Perdera a infância: já não podia correr com as meninas pelos barrancos, nem subir pelas árvores, nem passar por entre os arames das cercas de flores. Isso não poderia fazer nunca mais — e, ofegantes e suadas, parávamos diante dela com imensa pena. Perdera a mocidade: não tinha mais voz para cantar, nem corpo para dançar, e nunca mais poderia vestir-se de noiva, e era tão velha, que nem se podia imaginar como teria sido, quando moça.”

(93b) “Os músculos do rosto da aniversariante não a interpretavam mais, de modo que ninguém podia saber se ela estava alegre. Estava era posta à cabeceira. Tratava-se de uma velha grande, magra, imponente e morena. Parecia oca [...]

Mas ninguém poderia adivinhar o que ela pensava. E para aqueles que junto da porta ainda a olharam uma vez, a aniversariante era apenas o que parecia ser: sentada à cabeceira da mesa imunda, com a mão fechada sobre a toalha como encerrando um cetro, e com aquela mudez que era a sua última palavra. [...]

Enquanto isso, lá em cima, sobre as escadas e contingências, estava a aniversariante sentada à cabeceira da mesa, erecta, definitiva, maior do que ela mesma. Será que hoje não vai ter janta, meditava ela. A morte era seu mistério.”

Em (93a), extraído do texto “Uma Velhinha”, de Cecília Meireles, há dois scripts: *infância e mocidade*.

Infância — caracterizada por ações que expressam essa fase da vida: “correr com as meninas pelos barrancos”, “subir pelas árvores”, “passar por entre os arames das cercas de flores”.

Mocidade — caracterizada também por ações que expressam essa fase da vida: “voz para cantar”, “corpo para dançar”, “poder vestir-se de noiva”.

Em (93b), extraído do conto “Feliz aniversário”, de Clarice Lispector, há o script da velhice, caracterizada por ações que expressam essa fase da vida: “os músculos do rosto da aniversariante não a interpretavam mais”, “parecia oca”, “com aquela mudez que era a sua última palavra”, “a morte era seu mistério”.

Cenários

Sanford e Garrod 8 escolheram o termo *cenário* para descrever “o domínio estendido da referência” que é usado para interpretar textos escritos, pois “pode-se pensar o conhecimento de contextos e situações como constituindo um cenário interpretativo atrás do texto”.

O bom êxito na compreensão do cenário depende da eficácia do escritor/falante em ativar cenários apropriados. Assinalam que para que isto ocorra é preciso que um fragmento do texto constitua uma descrição parcial específica de um elemento do próprio cenário. Assim, uma das funções da tematização no nível textual seria a de ativar um cenário particular para o leitor, por exemplo, na escola, no clube, no tribunal.

Superestruturas

A noção de *superestrutura* (ou *hiperestrutura* ou *esquema textual*, segundo Van Dijk) foi desenvolvida principalmente por Van Dijk e pode ser caracterizada como “a forma global de um texto, que define sua organização e as relações hierárquicas entre seus fragmentos. Assim, uma superestrutura, mais do que a forma sintática de uma oração, é descrita em termos de categorias e regras de formação” (1983, p. 142).

8 SANFORD, A. J. & GARROD, S. C. 1981. Understanding written language. Chichester, Wiley.

As regras de formação determinam a ordem em que essas categorias devem ocorrer, e a estrutura esquemática assim constituída precisa, por exemplo, se o texto está completo ou não e que tipo de informação cada categoria requer.

Exemplo: as categorias do texto narrativo seriam:

Situação — Complicação — Ação ou Avaliação - Resolução — Moral ou Estado Final (Van Dijk apóia-se aqui nos trabalhos de Labov e Waletzky); as do texto argumentativo *stricto sensu* seriam: (Tese Anterior) — Premissas — Argumentos —. (Contra — (Síntese) —. Conclusão (Nova Tese); as do texto científico: Introdução Problema

— Solução Conclusão; as do texto descritivo: palavras de entrada (tema-título); denominação, definição, expansão e/ou divisão.

“A superestrutura continua Van Dijk, é uma espécie de esquema ao qual o texto se adapta. Como esquema de produção isto significa que o falante sabe do que fala — Agora contarei uma história — enquanto, como esquema de compreensão, isto significa que o leitor ignora do que trata o texto, mas sabe, principalmente, que o texto é uma narração” (1983, p. 143).

Embora, certos tipos de textos, como os aqui citados, a superestrutura seja conhecida, seu estudo ainda está-se iniciando; sabe-se, contudo, que não há superestruturas universais e que elas são determinadas culturalmente isto é, possuem um caráter convencional: a maioria dos membros de uma comunidade as reconhece, embora essa comunidade possa ser bastante restrita, como a dos estudantes de medicina, dos técnicos em eletrônica, dos professores, dos delegados de polícia etc.

O conhecimento prévio

No decorrer deste capítulo falou-se várias vezes em conhecimento prévio, conhecimento partilhado, conhecimento de mundo.

Os estudiosos do texto ressaltam que a coerência depende antes de tudo de nosso conhecimento prévio que não é mais um elemento de coerência, como, por exemplo, os modelos cognitivos globais já examinados, mas o elemento-base, subjacente a todos os outros. “Sem o engajamento do conhecimento prévio do leitor não haverá compreensão” (Kleiman, op. cit., p. 13); a compreensão de um texto é um processo que se realiza pela ativação desse conhecimento, isto é, a memória, onde estão guardados nossos conhecimentos, busca as informações necessárias, a partir dos elementos presentes.

Os estudiosos apontam vários níveis de conhecimento: lingüístico, textual, de mundo: é graças à interação desses diversos níveis que o leitor/ouvinte constrói o sentido do texto. Examinemos cada um deles.

O *conhecimento lingüístico* é o conhecimento implícito que faz com que um indivíduo fale uma língua como falante nativo. Abrange desde “o conhecimento sobre como pronunciar português, passando pelo conhecimento do vocabulário e das regras da língua, chegando até o conhecimento sobre o uso da língua” (ibidem). Permite a percepção dos vocábulos e seu agrupamento em frases, identificando categorias como sintagma nominal, sintagma verbal e funções como sujeito e objeto.

O *conhecimento textual* está relacionado à classificação do texto quanto à estrutura (por exemplo, narrativo, expositivo, descritivo), quanto à interação autor-leitor (narração, argumentação, descrição). Quanto mais conhecimento textual o leitor/ouvinte tiver, melhor ele compreenderá o texto.

O *conhecimento de mundo* ou conhecimento enciclopédico, adquirido tanto formal como informalmente, abrange desde o conhecimento que um cientista tem sobre sua especialidade, como “a água contém porções ínfimas de deutério, um átomo de hidrogênio que pesa mais do que o átomo ordinário de hidrogênio”, um aluno de História Antiga sobre “a ação militar de César na Gália”, até o conhecimento de que “é proibido fumar nos coletivos”, “para obter a cédula de identidade é preciso levar fotografia

3 x 4”, “ao sentir cheiro de gás, não acenda a luz porque há risco de explosão”.

No dizer de Beaugrande: “como as pessoas sabem o que acontece no texto é um caso particular da questão de como as pessoas sabem o que acontece no mundo”.⁹

Exemplos dados por Brown e Yule (1983, p. 223) e aqui traduzidos servem de ilustração:

a) Seminário de Epistemologia: 3 ‘f., 3 de junho, 14:00 h. Steve Harlow (Departamento de Lingüística, Universidade de York)

(Aviso fixado na Universidade)

b) Tapeceiro

Orçamento sem compromisso — 332-5862

(Anúncio em jornal)

E o conhecimento de mundo, partilhado entre escritor/ falante __leitor/ouvinte que nos permite entender os textos acima assim como os exemplos (4) e (20) deste livro; é graças a ele, também, que podemos descrever uma cena num cinema ou num restaurante somente em seus aspectos distintivos, deixando implícitos que se deve entrar, sentar, esperar etc.

“ [...]o escritor/falante não precisa informar a seu leitor/ou vinte que há mesas e cadeiras no restaurante, nem que se pede e paga a comida ali consumida Normalmente se dá por conhecido este tipo de saber sobre os restaurantes Nas representações que se fazem destes saberes, os aspectos convencionais de uma situação, como as mesas e as cadeiras de um restaurante, podem ser considerados conhecidos e partilhados” (Brown e Yule, 1983, p. 236).

Reverendo a proposta Cognitivista

Como você pôde observar no decorrer deste capítulo, os limites entre os modelos cognitivos globais apresentados pelos diferentes autores não são muito nítidos e a terminologia

⁹ BEAUGRANDE, R. de. 1980. Text, discourse and process London, Long man. p. 30.

diferente nem sempre significa teorias diferentes; como dizem Brown e Yule “há uma grande zona de coincidência no que eles descrevem”. Veja-se, por exemplo, a distinção entre *frames e scripts*, frames e esquemas, esquemas e cenários etc.

Para complicar ainda mais, alguns autores usam mais de um termo para o mesmo modelo cognitivo: assim é que Fillmore usa cenário e frame, embora diga preferir o termo módulo; Chafe, esquema, *frame* e categorização; e Bartlett diz que realmente prefere “modelos de desenvolvimento ativo”.

A “zona de coincidência” e, como diz Frederiksen, ¹⁰ a “estaticidade dos *frames*” (dos modelos cognitivos globais, pode-se dizer), tornam-nos muitas vezes inadequados para a compreensão dos textos e evidenciam a necessidade de revisão do modelo cognitivista.

Várias propostas foram apresentadas, por exemplo, por Tannen, ¹¹ Lakoff, ¹² Frederiksen e outros, todas elas procurando ressaltar que tais teorias são simplistas, já que o pensamento não é atomístico e a mente humana não manipula símbolos abstratos da mesma forma que o computador, isto é, o pensamento não se divide em blocos; ao contrário, é corporificado e imaginativo.

O *frame* parece ser a noção mais abrangente, tornando-se mais produtivo considerá-lo o modelo cognitivo mais global e o que possui capacidade de abarcar os demais. Assim, pode-se concordar com Brown e Yule quando definem frames “como estruturas nas quais repousa nosso conhecimento estereotipado” e afirmam que tal conceito “proporcionou um modelo de trabalho útil para especialistas

¹⁰ FREDERIKSEN, C. H. 1981. Inference in preschool children's conversation — a cognitive perspective. In: GREEN, S. L. & WALLAT, C., eds. *Ethnography and language in educational settings*. Norwood, Abiex. V. V, p.301-50.

¹¹ TANNEN, D. 1979. What's in a frame. In: FREEDLE, R. O., ed. *New directions in discourse processing*. New Jersey. v. II.

¹² LAKOFF, G. 1987. *Women, fire and dangerous things (what categories reveal about the mind)*. Chicago, Chicago University.

não só em inteligência artificial, mas também em sociologia e lingüística” (1983, p. 241).

De modo geral o *frame* pode ser visto sob duas perspectivas:

1) de acordo com a psicologia cognitivista e a inteligência artificial — são os modelos cognitivos globais aqui examinados;

2) de acordo com a perspectiva interacionista (Frede riksen e outros).

Dentro desta perspectiva, as estruturas de conhecimento são produzidas ativamente pelos participantes da interação e têm um reflexo direto sobre a própria contextualização. Assim, o frame deve ser visto não só como uma noção que se utiliza de esquemas cognitivos fixos, mas também como uma noção interativa em que a interpretação contextual é negociada pelos falantes, refletindo-se direta ou indiretamente em suas trocas conversacionais, perdendo, assim, seu caráter de fixidez e adquirindo maior dinamismo.

Como bem observa Frederiksen (op. cit., p. 310), “uma consequência central dessa noção expandida de *frame* é que os frames não podem ser especificados *a priori* para a interpretação sem referência aos processos de interação entre o usuário da língua e o texto”.

Esta visão ampliada de frame mostrou-se adequada para resolver uma série de fenômenos que ocorrem numa conversação em que os participantes reorganizam e/ou modificam seus *frames* diante das possibilidades de negociação.

(94) L2 Ô Ed eu lhe pergunto o seguinte ...quem lhe garante que ele em estando só ele tava em solidão ou se ele tava

L1 olhe olhe não

L2 em solidão quando estava no

L1 não não tá claro tá claro

L2 meio da sociedade porque.. pelo menos

L1 claro claro claro não não

L2 Ele talvez no meio da sociedade até porque se ele não tivesse ele não tivesse consigo

L1 não não ô ô ô

L2 mesmo ele na aparente solidão ele

L1 Õ E, ta certo

L2 tava ele tava consigo ao mínimo

L1 tá certo eu aceito/não mas mas acontece que quando eu digo o homem precisa de solidão é pra estar consigo mesmo... dizem que a pior das solidões é aquela que você tem no meio da multidão né?

L2 no meio da multidão é a solidão de massa... ou não?

(Projeto NURC — Recife, Diálogo entre dois informantes, is. 153-72)

No exemplo (94), observa-se que L2 busca alterar o *frame solidão*, negociando com L1 (“quem lhe garante que ele em estando só ele tava em solidão ou se ele tava em solidão quando estava no meio da sociedade”). Entretanto, L1 é quem consegue ir além e mostrar que seu *frame* de solidão é mais abrangente (“tá certo eu aceito/não mas mas acontece que quando eu digo o homem precisa de solidão é pra estar consigo mesmo”).

Conclusão

Para chegar à compreensão do texto como um todo coerente, é necessário que sejam trabalhadas não só as relações coesivas (a coesão é decorrência da coerência e a concatenação linear não é garantia de um texto coerente), mas, e *principalmente* as de conexão conceitual-cognitiva. “É preciso que o leitor/alocutário desenvolva habilidades que lhe permitam detectar as marcas que levarão às intenções do texto” (Fávero, 1985, p. 163).

Pausa para análise de textos

Serão apresentados aqui quatro textos analisados e um outro ficará para você mesmo analisá-lo. Seguindo o mesmo procedimento adotado no capítulo 7, será examinada, destacadamente, a coerência: continuam válidos, porém, os alertas que fiz. Releia-os.

Retomando o texto 4:

A classe — Luís Fernando Veríssimo Você já conhece; ele está à página 52. Retome-o, o texto procura satirizar uma situação e a constante inversão dos *frames* mostra a fragilidade dos mesmos e cria o humor. Observe alguns *frames* ativados:

classe média (1. 1) — espécie em extinção (Is. 4-5)

Nações Unidas (1. 4)

laboratório (1. 15)

Disneyworld (1. 17)

greve (1. 24)

Assembléia Constituinte (Is. 27-8)

reunião na pizzeria (1. 23)

A partir da linha 34, o autor opõe *classe média* (“novos pobres”) — classe pobre, dizendo que os primeiros devem ocultar a classe social de onde vêm e se adaptar à nova situação.

Texto 5:

Negociações — Luís Fernando Veríssimo

Veja este outro texto do mesmo autor, extraído de uma crônica publicada em O Estado de S. Paulo, em 8 de abril de 1990. Do mesmo modo que no texto anterior, há uma inversão de *frames*, impostos pela nossa cultura. Deixo-o aqui como uma sugestão para que você o analise.

“Li que a população dos ratos já supera em alguns bilhões a população humana da Terra. O rato é um animal urbano, como o homem, e simplesmente não haverá comida e espaço para as duas espécies coabitarem nas cidades do

5 futuro. O que fazer? Nenhum dos métodos tentados até agora deu resultado na nossa luta contra o rato pelo espaço vital. A ratoeira está superada. Os gatos falharam escandalosamente. A guerra química está fora de cogitações. Só há uma solução: vamos ter de negociar.

10 corta para sala do Centro de Conferências Internacionais de Genebra. O secretário-geral das Nações Unidas — depois de muita discussão — foi escolhido para falar pela Humanidade. Ele chega a Genebra cercado de assessores de várias nacionalidades. Traz gráficos, minutas e projetos.

15 Tem plenos poderes para falar pelo Homem. Instala-se numa grande mesa sob a luz de refletores e o olhar de expectativa de dezenas de câmaras, e prepara-se para o grande encontro. Quem falará pelos ratos?

Entra em cena, por um pequeno buraco na parede, o

20 representante do inimigo. Seu nome é Igor. Algumas palavras sobre Igor. Gerado por inseminação artificial numa rata amestrada do Centro de Estudos Genéticos da Universidade de Wisconsin Estados Unidos, criou-se

em vários laboratórios da América e da Europa. É um

25 veterano de todas as pesquisas importantes da sua época. Tem o corpo deformado por doenças inimagináveis, algumas criadas especialmente para serem testadas nele. Seus pulmões carcomidos, os bigodes amarelados, a voz rouca e os olhos injetados são as marcas da sua experiência com o fumo e

30 seus sucedâneos. Engordado com ciclamatos e depois submetido a dietas forçadas à base de psicotrópicos, Igor tem as olheiras e os hábitos de uma vida artificialmente dissipada. Seu coração é de plástico, movido a diminutas baterias. Seu imenso rabo — de vinil — segura um cigarro de maconha

35 sintética que ele leva à boca a intervalos pausados. Em vez do seu cérebro original de rato tem implantada na cabeça uma réplica miniaturizada do cérebro humano. Fala oito idiomas, lê, escreve, tem noções de cibernética e de lógica euclidiana. Treme um pouco, vestígio de anos de labirintos e choques

40 elétricos, em pesquisas motivacionais. Mas olha para tudo e para todos com superioridade. Um murmúrio de espanto e admiração percorre o grande salão, à sua entrada [...]"

Texto 6:

O evento — Millôr Fernandes 1

‘O pai lia o jornal — notícias do mundo. O telefone tocou tiritim-tiritim. A mocinha, filha dele, dezoito, vinte, vinte e dois anos, sei lá, veio lá de dentro, atendeu: ‘Alô. Dois quatro sete um dois cinco quatro. Mauro!!! Puxa, onde é que

5 você andou? Há quanto tempo! Que coisa! Pensei que tinha morrido! Sumiu! Diz! Não!?! É mesmo? Que maravilha! Meus parabéns!!! Homem ou mulher? Ah! Que bom!... Vem logo. Não vou sair não’. Desligou o telefone. O pai perguntou:

‘Mauro teve um filho?’ A mocinha respondeu: Não. Casou’.”

Moral: JÁ NÃO SE ENTENDEM OS DIÁLOGOS COMO ANTIGAMENTE

O pai tem um conhecimento de mundo que lhe permite supor que Mauro teve um filho, já que a mocinha dissera: “Que maravilha! Meus parabéns!!! Homem ou mulher?” Entretanto, houve uma quebra do frame quando a mocinha respondeu que Mauro havia se casado; essa quebra confirma-se na Moral: *Já não se entendem os diálogos como antigamente.*

Texto 7:

Infância — Carlos Drummond de Andrade ²

Meu pai montava a cavalo, ia para o campo.
 Minha mãe ficava sentada cosendo.
 Meu irmão pequeno dormia.
 Eu sozinho menino entre mangueiras
 5 lia a história de Robinson Crusóé
 Comprida história que não acaba mais.
 No meio-dia brando de luz uma voz que aprendeu
 a ninar nos longes da senzala — e nunca se [
 chamava para o café.
 10 Café preto que nem a preta velha
 café gostoso
 café bom
 Minha mãe ficava sentada cosendo
 olhando para mim.
 15 — Psiu... Não acorde o menino.
 Para o berço onde pousou um mosquito.
 E dava um suspiro... que fundo!
 Lá longe meu pai campeava
 no mato sem fim da fazenda.
 20 E eu não sabia que minha história
 era mais bonita que a de Robinson Crusóé.

² *Nova Reunião* 19 livros de poesia. 1983 Rio de Janeiro, José Olympio.

80.

Os elementos coesivos são bastante escassos; têm função mínima na estruturação dos sentidos. Destacam-se:

1. Coesão referencial

• Substituição

a. por pro-formas

Lá longe meu pai campeava. (1. 18)

pro-forma adverbial, função de pro-sintagma

era mais bonita que a de Robinson Crusoe. (1. 21)

pro-forma pronominal anafórica, função de pro-sintagma

b. por definitivização

o café — a preta velha — o menino — o berço

Todos esses elementos são entidades conhecidas de todos nós, fazem parte da vida familiar do interior, O locutor cria um universo em que o referente ganha existência.

2. Coesão seqüencial

a. restrição

...história que não acaba mais

...uma voz que aprendeu

...berço um mosquito

b. complementação

...eu não sabia que minha história

c. comparação

...era mais bonita que a de Robinson Crusoe.

Note que a repetição dos mesmos acontecimentos confere ao texto uma monotonia e acentua a rotina da vida familiar: o pai ia para o campo, a mãe ficava cosendo, o irmão dormia no berço e ele sozinho lia a história de um outro solitário: Robinson Crusoe.

Já no título é ativado um *frame*: é um retrato de infância, dentro de uma cultura, infância rotineira, mas feliz - dois últimos versos.

Texto 8:

Cidadezinha qualquer — Carlos Drummond de Andrade ³

Casa entre bananeiras
mulheres entre laranjeiras
pomar amor cantar
Um homem vai devagar
5 Um cachorro vai devagar
Um burro vai devagar
Devagar.., as janelas olham
Eta vida besta, meu Deus.

Neste texto, os elementos coesivos são também bastante escassos. Destacam-se elementos de coesão recorrencial intensamente utilizados: recorrência de termos e paralelismo.

Vai devagar — a recorrência imprime ao texto um caráter concreto: na cidadezinha tudo vai devagar, tudo é lento, tudo está parado e a única ação está nas janelas:

olham. Essa recorrência e o paralelismo constituem “um meio para deixar fluir o texto” e acentuam a monotonia.

Logo no título, uma paráfrase do texto, é ativado um *frame*: é o retrato da vida numa cidadezinha do interior e no último verso tem-se resumida a concepção sobre a vida que aí se leva: *Eta vida besta, meu Deus*.

³ Ibidem.

Coesão e coerência no texto Conversacional

O texto Conversacional

Muitas pesquisas têm sido realizadas ultimamente sobre a linguagem da conversação

A conversação, como bem diz Castilho (1986, p. 21),

“é uma atividade lingüística básica, que pertence às práticas diárias de qualquer cidadão, independente de seu nível sócio cultural. Ela representa o intercurso verbal em que duas ou mais pessoas se alternam, discorrendo livremente sobre questões propiciadas pela vida diária”.

Castilho distingue dois tipos de conversação: a natural (com as variedades informal, ou coloquial, e formal) e a artificial (desenvolvida em peças de teatro, filmes, novelas, romances; estas seguem um tipo de roteiro prévio).

Embora tanto no texto escrito quanto no falado o sistema lingüístico seja o mesmo para a construção das frases,

“as regras de sua efetivação, bem como os meios emprega dos são diversos e específicos, o que acaba por evidenciar pro dutos diferenciados” (Marcuschi, 1986, p. 62).

Akinnaso ¹ também observa que tanto a língua falada quanto a escrita derivam da mesma base semântica, fazendo uso do mesmo sistema léxico-sintático e variando principalmente na escolha e distribuição dos modelos sintáticos e do vocabulário, em resposta às restrições pragmáticas da modalidade específica ou, em outras palavras: fala e escrita são variações funcionais do mesmo sistema lingüístico.

Ainda que um número crescente de trabalhos compare as duas modalidades, pouco sabemos sobre elas.

Uma das hipóteses sempre presente é a de que a escrita é não só planejada mas também planejável, enquanto a fala não.

Ochs ² registra quatro graus de planejamento, indo do falado não planejado ao escrito planejado, escolhendo esses dois para trabalhar (os quatro tipos apontados por ela são: falado não planejado, falado planejado, escrito não planejado e escrito planejado).

O falado não planejado é o que prescinde de reflexões prévias e preparação organizacional anterior a sua expressão; o escrito planejado é o pensado e projetado antes de sua manifestação. O trabalho de Ochs aponta uma tendência da língua falada para o não planejado ou, melhor dizendo, *ela é planejada localmente (locally managed)*, isto é, é uma “atividade administrada passo a passo”. Uma das características da organização da conversação é que ela é produto de criação coletiva, pois locutor e alocutário constroem o texto em conjunto.

O fato de a elaboração se dar localmente confere à fala uma característica que Chafe ³ denomina de *fragmentação*, resultante em parte de sua natureza espontânea que reflete,

¹ AKINNASO, F. N. 1982. On the differences between spoken and written language. *Language and Speech*, 25, p. 97-125.

² OCHS, E. 1979. Planned and unplanned discourse. In: GIVÓN, T., ed. 1979. *Discourse and syntax*. New York, Academic.

³ CHAFE, W. L. 1979. Integration and involvement in spoken and written language. Vienna, 2nd. Congress of the International Association for Semiotic Studies.

provavelmente, a natureza do pensamento (aos borbotões), em contraste com uma maior integração da escrita, explicada, segundo ele, por sua lentidão

A rapidez com que o locutor constrói a fala tem conseqüências no controle do fluxo da informação conduzindo a descontinuidades nesse mesmo fluxo, reveladas por fenômenos como repetições, paráfrases inserções, anacolutos falsos começos e outros; assim, ela vai mostrando seus próprios processos de criação ao contrário da escrita, que tende a escondê-los apresentando só OS resultados.

Esses Vários processos revelam também uma outra característica da língua falada denominada por Chafe, *envolvimento*, que contrasta com o *afastamento*, o deslocamento da escrita, e que é criado por um número de ocorrências do tipo:

- o locutor usa estratégias de monitoração (entoação, Pausas...)
- discurso direto
- uso do pronome de primeira pessoa
- uso de partículas enfáticas (realmente, Justamente)
- desfocado
- ênfase nas ações e agentes antes que estados e objetos
- ênfase nas pessoas e suas relações.

Além desses traços, deve-se acrescentar o *envolvimento interpessoal* (denominado, por alguns, “interação não focalizada”) em que locutor e alocutário(s) colaboram no sentido do discurso (como já disse, a conversação é produto da criação coletiva).

Segundo Betten 4 as descontinuidades são, em grande parte, técnicas lingüísticas utilizadas nas estratégias controladoras do diálogo e, para comandar as diversas estratégias,

4 BETTEN, A. 1976. Ellipsen, Anakolute und Parenthesen Deutsche Sprache, 4, 207-30.

85

formula regras semelhantes aos postulados conversacionais de Grice a partir de máximas do tipo:

“- não diga o óbvio — para não perder energia e poder concentrar-se na formulação do que é importante; - seja claro (não diga coisas incompreensíveis) — para não perder seu contato com o interlocutor e não perder de vista seus objetivos; - não fale de modo irresponsável (diga só o que corresponder à sua opinião) — para não confundir o interlocutor e com isso prejudicar seu relacionamento com ele, ser malvisto ou ser julgado erroneamente”

A partir dessas máximas, Betten deduz as regras:

- a. logo que perceber que o ouvinte compreendeu o que você quer comunicar, torna-se desnecessária a continuação de sua fala;
- b. assim que perceber que o ouvinte não está entendendo, interrompa seu discurso, mude seu planejamento ou insira algum esclarecimento;
- c. assim que perceber que sua formulação não é adequada, interrompa e/ou corrija-se na seqüência”.

Observe, leitor, alguns exemplos extraídos do inquérito 360 do tipo D2 (diálogo entre dois informantes), pertencentes ao arquivo do Projeto NURC

6

GRICE H. P. 1975. “Logic and Conversation”. In: COLE, P. & MORGAN, J. Syntax and semantics. New York, Academic Press. v. 3 (“Speech acts”). 6 In: PRETI, D. & CASTILHO, A. T. 1987. A linguagem falada culta na cidade de São Paulo; diálogos entre dois informantes. São Paulo, T. A. Queiroz/FAPESP. v. 2 p. 136-78.

Na transcrição dos exemplos, foram observadas as seguintes normas, que constam da página 9 da obra acima citada:

- qualquer pausa
- alongamento de vogal ou de consoante (como s, r)
- incompreensão de palavras ou segmentos
- superposição, simultaneidade de ligando
- Vozes as linhas

(95) *Contexto* — a Locutora 1 (L1 acabara de informar que tem seis filhos, quando a Locutora 2 (L2 lhe pergunta se eles dão muito trabalho, se têm “esses problemas de juventude”).

Resposta de L1: 7

1. (linha) 40 L1 não por enquanto não... estão entrando na as mais velhas estão entrando agora na adolescência e...

L1 percebe que uma informação importante está faltando: a de que entrar na adolescência aplica-se às filhas mais velhas e não a todos os filhos, como se poderia entender caso não fornecesse a informação; por isso interrompe repentinamente a enunciação do sintagma preposicional iniciado pelo *na* e faz a ressalva que atende à máxima “seja claro”, recuando ao ponto de interrupção, retomando-o com a re petição dos mesmos itens lexicais: “estão entrando”.

(96) *Contexto* — A Documentadora pergunta pelos filhos de L1 se eles foram programados ou aconteceram; L1 informa que eles “vieram ao acaso” e que haviam programado “Nove ou dez filhos”.

1. 20 L2 a sua família é grande?

L1 nós somos :: seis filhos.

L2 a do marido?

L1 e a do marido..., era, doze agora são onze...

L2 ahn ahn

L1 quer dizer somos de famílias GRANdes e::...

A pergunta de L2 é entendida por L1 como um pedido de informação pormenorizada, em atenção à máxima “seja

7 Foge aos objetivos deste livro uma análise pormenorizada da conversação; para um estudo mais aprofundado, você pode consultar, além das obras aqui referidas, os seguintes trabalhos:

CASTILHO, A. T. de. 1988. Para o estudo das unidades discursivas no português falado; o problema dos marcadores. Campinas, UNICAMP. Mimeo.

MARCUSCHI, L. A. 1988. Coesão e coerência na conversação. Recife, UFPE. Mimeo.

claro”; assim L1 responde primeiro especificando: “nós somos:: seis filhos e a do marido.., eram doze agora são onze” e depois, sintetizando: “quer dizer somos de famílias GRANDES” (Fávero e Urbano, 1988).

(97) *Contexto* — L2 é advogada e procuradora do Estado e explica que praticamente toda a parte jurídica do Estado é feita por procuradores e que em todas as Secretarias há algum procurador e seu marido é um deles.

1. 821 L2[...] existem... em diversas procuradorias

você.., vê o caso... o seu marido está

L1 [ele é da procuradoria da Secretaria

L2 [

()

L1 dos transportes

L2 é... trabalha junto ah à Secretaria dos Transportes... o meu caso... é junto a:: (na) na Procuradoria Fiscal... trabalhando junto com a Secretaria da Fazenda... e assim tem:: tem a procuradoria de Assistência Judiciária.., tem a na promoção Social tem :: ... em todas as Ø em todas elas tem... Ø agora o :: o :: a as... as melhores... são junto às Assessorias...

Observe as elipses assinaladas por Ø: o elemento elidido

— Secretarias — é facilmente subentendido e de tal modo previsível, que a locutora 2 usa inicialmente o anafórico *elas* e depois apaga completamente a marca, em atenção à máxima “não diga o óbvio”.

Coesão e coerência

Os estudos realizados sobre a conversa⁰ mostram que ela é altamente estruturada e passível de uma análise formal. Assim, muitas das regras usadas implicitamente pelos interlocutores podem ser explicitadas e formalizadas, identificando

elementos de coesão e coerência; porém, como dizem os lingüistas que se dedicam ao estudo da questão, analisar coesão e coerência no texto oral é enfrentar uma questão polêmica por se tratar de um fenômeno de poucas evidências empíricas.

Como bem diz Marcuschi (1988, p. 2):

“Os termos ‘coesão’ e ‘coerência’ estão longe de uma definição clara. Na conversação, a coesão não pode ser definida em termos estritamente formais, pois o texto se produz dialogicamente, na concorrência de dois ou mais agentes. A coerência não é uma unidade de sentido, e sim uma dada possibilidade interpretativa resultante localmente. Dois interlocutores se entendem não só porque são coerentes no que dizem, mas principalmente porque sabem do que se trata em cada caso. E, quando não sabem, manifestam seu desentendimento de modo a integrá-lo como parte efetiva no próprio texto”.

Assim, a coerência se dá pelo fato de os enunciados produzidos na conversação se apresentarem mutuamente ligados de maneira ordenada e significativa.

Coesão

A coesão, por sua vez, como já foi dito no segundo capítulo deste livro, é uma relação linear entre as sentenças, não sendo nem necessária nem suficiente para a coerência, já que pode haver textos destituídos de coesão, mas cuja textualidade se dá ao nível da coerência.

É esta também a opinião de Giora ao observar que a coesão, “uma relação linear obtida entre pares de seqüências, não é condição nem necessária nem suficiente para a coerência de texto”; ela não é um fator independente, mas um subproduto da coerência que é “independente da coesão, pois esta se obtém linearmente, o que não ocorre com a coerência,

8 GIORA, R. 1985. Notes towards a theory of text coherence. *Poetics Today*, 6:(4), p. 699-715.

89

que deve ser melhor caracterizada em termos de *tópico discursivo*”

Exemplos de coesão na conversação

Serão utilizados exemplos extraídos do mesmo inquérito 360 do arquivo do Projeto NURC-SP.

1. Coesão referencial — reiteração: repetição do mesmo item lexical

a. auto-repetição

(98) *Contexto* — L2 fala do filho de cinco anos que não gosta de acordar de manhã para ir à escola, mas que acorda cedo nos dias em que não há aula.

1. 374 L2 *ele já ia à escola da manhã* que eu *comecei* quando eu *comecei* trabalhar... *comecei a trabalhar* há dois anos..., só antes eu não trabalhava..., e quer dizer que então... *ele já ia à escola de manhã* por que eles dormem sete e meia e acordam seis e meia... é o horário normal deles.

b. heterorrepetição

(96) 1. 21 L1 nós somos seis filhos

L2 e a do marido?

L1 e a do marido.. - eram doze agora são onze...

As repetições têm alta incidência na fala espontânea, advindas, nesses textos, de uma etapa nítida de planejamento, ou melhor, planejamento e execução coocorrem; além disso, também é alta a incidência de repetição no meio do turno, o que pode significar um recurso do locutor para continuar falando (exemplo (98)), ou ser um meio de o interlocutor ter acesso ao turno:

(99) *Contexto* — L2 fala da dificuldade que seu marido (faz seleção de pessoal) enfrenta em encontrar profissionais especializados.

1. 971 Doe, de BAIXa procura e no mesmo tempo que se necessita dessa ela,,, é difícil

L2 [é é é difícil de de encontrar ... uhn uhn
normalmente é difícil

2. Coesão recorrencial — paráfrase

(100) *Contexto* — O tópico que se desenvolve é mercado de trabalho, especificamente a “procura de engenheiro”.

1. 915 L2... a grande maioria é engenheiro administradores economistas

L1 é que a gente está na:: na espera da tecnologia, né?...

[mas engenheiro o peso é muito grande

Observam-se aí duas paráfrases:

- Uma, de certa forma *generalizadora*, pois L1 ao ouvir “engenheiro” relaciona e identifica tal profissão como “tecnologia”.

- Outra, *reduzora*, pois ao tempo em que L1 falava “tecnologia”, L2 esclarecia “mas engenheiro o peso é muito grande”, reduzindo tecnologia a apenas engenheiro.

O fato de L1 e L2 falarem simultaneamente não invalida a análise de que há aí paráfrases, pois o texto conversacional é constituído, como já disse, coletivamente e o que transparece é a sua interação, característica desse tipo de texto (para maiores esclarecimentos sobre a paráfrase no texto conversacional, você, leitor, pode consultar o trabalho de Fávero e Urbano, 1988).

3. Coesão seqüencial — por conexão

(101) *Contexto* — o tópico que vem se desenvolvendo é o do planejamento familiar.

1. 16 L1 e:: nós havíamos programado NOve ou dez filhos., não é?
 [
 L2 (nossa que chique)
 [
 L1 então
 L2 a sua família é grande?
 L1 nós somos:: seis filhos
 L2 e a do marido?
 [
 L1 e a do marido.., eram doze agora são onze... ahn ahn
 L2 ahn ahn
 [
 L1 quer dizer somos de famílias GRANdes e::... então ach/ acho que::... dado esse fator nos acostumamos a:: muita gente
 L2 ahn ahn
 L1 e::
 L2 e daí o entusiasmo para NOve filhos...
 L1 exatamente nove ou dez...
 L2 [
 ()
 L1 é e:: mas... depois diante das dificuldades de conseguir quem me ajudasse... nó::s paramos no sexto filho...
 L2 ahn ahn
 L1 não é?... e... estamos muito contentes e...
 L2 e dão muito trabalho tem esses problemas de juventude esses negócios ()

Veja, meu caro leitor, que o *e* aparece interturno e intraturno com funções diferentes:

- indica continuação (de acordo com sua função sintática), unindo a fala de um mesmo interlocutor, constituindo, pois, um elemento de conjunção (coesão seqüencial);

- funciona, muitas vezes, como um marcador conversacional para manter o turno (segurar a vez) ou para “as saltar” o turno: observe que por duas vezes L1 tenta manter o turno (assinaladas no texto por uma seta), porém hesita, permitindo que L2 “o assalte”.

Considere mais este exemplo:

(102) Contexto — L1 relata que no primeiro colegial pensava em fazer medicina, mas a morte do pai fê-la optar por uma carreira profissionalizante

1. 1571 L1 um colegial profissionalizante para que eu tivesse chance de já trabalhar assim.., que formar não é? e:: daí me empolguei pelo magistério lecionei algum tempo... e:: ao terminar o normal eu logo optei pela pedagogia que era um curso assim que dá uma cultura,, geral Boa não é?... ah o nosso curso foi.., bem dado e tudo mais e eu gostei... e não fiz outra:: outras especializações dentro outras especializações não.., outra:: não segui outras carreiras ah::... que o curso de pedagogia daria possibilidade como o caso da orientação educacional.., que:: no quarto ano eu poderia ter feito.., e a psicologia clínica também que:: eu poderia ter feito no quarto ano como opção.., entre a licenciatura,, ou ou a licenciatura em pedagogia ou a psicologia clínica sem vestibular naquele tempo era.., possível e:: eu não fiz por falta de tempo porque eu me casei no:: tercei/ no no terceiro ano.., de faculdade e daí logo vieram as gêmeas e eu não. não fiz.., a orientação no quarto ano porque a carga horária era muito grande... sabe? então eu... preferi terminar a pedagogia e fiz a licenciatura...

Há vários usos de *e* intraturnos, unindo grupos sintáticos, preparando, muitas vezes, o grupo seguinte. No trecho

...e tudo mais.....

tem-se o que Castilho (1986, p. 47) denomina “marcador conversacional de encurtamento de tópico”, isto é, L salta segmentos por supor que os interlocutores (L2 e a documentadora) já os apreenderam.

Como você pôde observar, a análise da coesão na conversação deve ser feita de uma maneira diferente da análise da coesão no texto escrito, exatamente porque, como já disse, a conversação é de natureza diferente: ela se produz dia logicamente, como criação coletiva dos interlocutores.

A noção de tópico discursivo

A dificuldade de se analisar a coerência na conversação é a mesma que se encontra na análise da coesão. De um mo do geral, o texto conversacional é coerente: o problema é que, como ele obedece a processos de ordem cognitiva, muitas vezes, se torna difícil detectar as marcas lingüísticas e discursivas dessa coerência, pois ela geralmente não se dá com base nessas marcas, mas, na relação entre os referentes; daí a importância que a noção de tópico e de desenvolvimento dos tópicos na conversação vem adquirindo ultimamente.

Mas o que é tópico?

Tomado no sentido geral de assunto, o tópico é uma noção que pode ser entendida como “aquilo acerca do que se está falando” (Brown e Yule, 1983, p. 73). Por se tratar de uma noção discursiva, ele pode assumir extensão maior ou menor, dependendo da perspectiva adotada. Tópico discursivo não se confunde com tópico sentencial (tomado muitas vezes na oposição tópico-comentário), podendo vários fragmentos de uma conversação pertencerem a um mesmo tópico discursivo.

O tópico tem como propriedades:

- A *centração* — isto é, o falar-se acerca de alguma coisa, implicando a utilização de referenciais explícitos ou inferidos. O tópico é, portanto, antes de tudo uma questão de conteúdo, estando na dependência de um processo colaborativo que envolve os participantes do ato interacional.

- A *organicidade* — isto é, a relação de interdependência que se estabelece, simultaneamente em dois planos: seqüencial — distribuição na seqüência horizontal — e *hierárquica* — distribuição na seqüência vertical. Sugiro que essa segmentação possa ocorrer em três níveis: supertópico, que abrange um conjunto de tópicos que por sua vez podem subdividir-se em subtópicos que correspondem a níveis menores de particularização do assunto em relevância.

- A *delimitação local* — isto é, o tópico é potencialmente marcado por início, desenvolvimento e fecho, embora isto nem sempre se evidencie.

As marcas dessa delimitação podem ser:

- lingüísticas: marcadores conversacionais, elementos prosódicos (pausas, hesitações), perguntas, anacolutos, mecanismos de contra junção, de conclusão, repetições etc.

- discursivas: implicatividade entre os turnos, perguntas feitas pelo interlocutor etc.

As digressões

Encontram-se, às vezes, no texto conversacional, porções que não se acham topicamente relacionadas nem com o que veio imediatamente antes, nem com o que está imediatamente depois, que, por sua vez, se acha relacionado com o primeiro: é o que se chama digressão (Marcuschi, 1988). Segundo Dascal e Katriel 9

9 DASCAL, M. & KATRIEL, T. 1982. Digressions: a study in conversational coherence. PTL, 4 (8): 78-95.

“em uma digressão, o tópico original é abandonado e um novo tópico é introduzido; este, por sua vez, é abandonado e substituído pelo tópico original, que é então reintroduzido. Assim, uma digressão pode ser caracterizada por uma mudança tópica sucessiva, envolvendo o mesmo tópico”

Esses autores propõem três tipos básicos de digressão:

- *Digressões baseadas no enunciado*: há algum tipo de relação de “conteúdo” entre o enunciado principal e a digressão; são introduzidas, por exemplo, por

A propósito...

isto me recorda...

olha... isto me faz lembrar...

bom você falar nisso, pois...

- *Digressões baseadas na interação*: não há nenhum tipo de relação com elementos do “conteúdo” do tópico em andamento.

Um aspecto muito importante e que não pode ser esquecido neste tipo de digressão é em relação ao conhecimento partilhado: os interlocutores são sabedores dos elementos de distração e o que faz a digressão é o que interpreta isso como relevante. Essas digressões são frequentemente acompanhadas por mecanismos não-verbais (gestos, por exemplo) mais do que por processos de construção linguística, o que se explica por serem dependentes do contexto imediato.

- *Digressões baseadas em seqüências inseridas*: referem-se a uma grande variedade de atos de fala corretivos e esclarecedores. Elas ocupam uma posição intermediária entre as digressões baseadas no enunciado e na interação porque “se por um lado constituem uma resposta imediata, por outro não se dirigem ao ponto do discurso anterior e, portanto, não podem ser consideradas topicamente relevantes” (Dascal e Katriel, 1982, p. 825).

O que distingue esse tipo de digressão é que ele realiza uma espécie de função metaconversacional ou metalingüística; pode ser detectado geralmente por uma pausa no fluxo conversacional

Para as coisas ficarem mais claras, vejamos um exemplo:

Contexto — L2 vinha falando da questão do período escolar de seus filhos.

1. 387 L2 (que) eles acordam cedo mesmo.., e agora real mente ele não gosta muito e e e a gente cria um impasse *para a gente* (porque).., ele não eu pus em uma escola ele não gostou daquela.., aí eu achei que realmente a escola não preenchia tu do.., que eu gostaria (que) preenchesse então eu tirei.., aí eu procurei bastante escolhi/foi escolhida a que eles estão.., como sendo na opinião de muita gente uma das melhores et cetera et cetera.., tudo que tinha.., peguei todos os requisitos,.. fiz ((risos)).. estudei bem fiz um estudo certinho para ver qual era a melhor e foi deter minado.., foi visto que aquela era melhor,.. então foi posto quer dizer não foi uma escolha...

L1 sem::

L2 assim sem base

L1 ()

L2 foi bem pensada bem escolhida e realmente a menina gosta muito.., e eu pensei que ela fosse ter problema porque ela não fala muito,, ela fala muito pouco ela fala um.., vocabulário dela é composto por umas quarenta palavras mais ou menos,, e ela não faz frase.., então eu pensei que ela fosse ter dificuldades na escola.., por causa disso mas não não tem gosta muito...()

[

L1 ela se sente bem?

L2 ela se sente bem:: se sente par::te... então fala..

[

L1 ()

L2 devia ter () dificuldade mas não tem não... () não obrigado.., ()

L1 ainda não deu para...

L2 você.., chegou a trabalhar e depois deixou de trabalhar por causa dis/de::

L1 eu trabalhei s::ó no início.., de casada...

L2 (ahn)

L1 e quando as gêmeas nasceram.., eu... me afastei do serviço...

Aqui, o assunto é *escolha da escola dos filhos de L2* a partir de “... e agora realmente” ligado ao supertópico FA MÍLIA, que inclui, dentre outros, os exemplos aqui apresentados sob os números (96), (98) e (101).

Este tópico possui, dentre outras, marcas de *início*:

L2 e agora realmente

depois de uma pausa

L2 ... para a gente (porque)

quando começa o seu desenvolvimento.

No fecho

L2 devia ter () dificuldade mas não tem não...

há um comentário de conclusão e uma pausa.

Em

L2 não obrigado...

há uma digressão baseada no enunciado (faltam dados para uma análise melhor), provavelmente é oferecido café e L2 não aceita.

Com uma pergunta

L2 você.., chegou a trabalhar e depois deixa de trabalhar por causa dis/de::

inicia-se o novo tópico: *abandono do trabalho fora de casa por parte de L1 para cuidar dos filhos* (estão sendo transcritas aqui somente as primeiras seqüências).

Quero enfatizar que a questão da segmentação é um problema crucial para o analista e que a análise aqui esboçada é *apenas* uma sugestão de trabalho, já que não foram feitas senão algumas pequenas incursões em terreno vasto e ainda pouco explorado.

Vocabulário crítico

Fiz o possível, no decorrer do livro, para não usar termos técnicos sem antes dar-lhes clareza ou defini-los. Assim, aqui, coloco agora apenas alguns termos que me parecem de maior complexidade ou que são de ordem mais geral.

Competência textual: capacidade do ser humano de distinguir entre um texto e um não-texto, de parafrasear um texto, de resumi-lo, de atribuir-lhe um título, de produzir um texto a partir de um título dado, de compreender o jogo de ações e intenções do texto, de distinguir os diferentes tipos de texto etc.

Gramática de texto: comumente usado como sinônimo de lingüística do texto ou textual. Em sentido estrito, formalização dos processos lingüísticos de formação do texto, deixando de lado fatores como informatividade, plano global do texto, intenção e outros.

Lingüística textual: estudo das operações lingüísticas, cognitivas e argumentativas reguladoras e controladoras dos processos de produção, constituição, funcionamento e com apreensão dos textos escritos ou orais.

Macroestrutura: identificada como a estrutura profunda do texto, é considerada como a “forma lógica” ou estrutura

² Este livro foi digitalizado e distribuído GRATUITAMENTE pela equipe Digital Source com a intenção de facilitar o acesso ao conhecimento a quem não pode pagar e também proporcionar aos Deficientes Visuais a oportunidade de conhecerem novas obras.

Se quiser outros títulos nos procure http://groups.google.com/group/Viciados_em_Livros, será um prazer recebê-lo em nosso grupo.

subjacente de um texto. Consiste na representação semântica global que define a significação do texto “como um todo”

Marcadores conversacionais: elementos verbais, não-verbais, supra-segmentais que ligam as unidades comunicativas umas às outras, orientando os interlocutores na interação (podem ser tanto do falante quanto do ouvinte). São elementos do tipo: oi — e aí — escuta — vem cá — alô — bom — quer dizer — eu acho que — então eu acho que — ah:: essa não — né? sabe — certo? — viu? — daí — a — enfim — ahã etc. (cf. Castilho, 1986, e Marcuschi, 1986).

Microestrutura: identificada como a estrutura superficial do texto, consiste em um n-duplo ordenado de sentenças sub seqüentes.

Modalidade: chamam-se modalidades lógicas os diversos modos de considerar o predicado como verdadeiro, contingente ou possível. Do ponto de vista da pragmática, revelam a atitude do locutor perante o enunciado que produz.

Modelos cognitivos globais: blocos completos de conhecimentos relativos a conceitos intensamente utilizados na interação. Organizam nosso conhecimento de mundo em conjuntos bem integrados

Polifonia: noção elaborada por Ducrot, constitui a incorporação que o locutor faz ao seu discurso de asserções atribuídas a outros enunciadores — interlocutores, terceiros, opinião pública.

Superestrutura: forma global do texto, pode ser descrita em termos de categorias e regras de formação. Segundo van Dijk e Kintsch (1983. *Strategies of discourse comprehension*. New York, Academic Press), as superestruturas são elementos de natureza cognitiva, culturalmente dependentes, resultantes de processos de descrição de diferentes tipos de texto. Por exemplo, as categorias do texto narrativo seriam: situação, avaliação, complicação, resolução, avaliação e moral.

Textualidade: conjunto de propriedades que fazem com que um texto seja realmente um texto.

Tópico: “aquilo acerca do que se está falando” (Brown e Yule, 1983, p. 73). Em análise da conversação, é uma noção discursiva que pode, portanto, assumir uma extensão maior ou menor. Não deve ser confundido com tópico sentencial (na oposição sintática tópico

Turno: o que um falante produz enquanto está com a palavra, incluindo o silêncio, que também é significativo. Assim, a expressão *manter o turno* significa estar usando a palavra e *assaltar o turno*, tomar a palavra do outro. Como aponta Marcuschi (1986, p. 89), “é importante não confundir turno com ato de fala”. Em “Posso ir ao cinema hoje e/que amanhã não tem prova na escola?”, temos um turno e dois atos de fala.

Bibliografia Comentada

BEAUGRANDE R. de & DRESSLER, M. U. 1981. Einführung in die Textlinguistik Tübingen, Max Niemeyer Trad. ingl.:

Introduction to Text Linguistics London Longman

Obra que serviu de ponto de partida não só para este trabalho, mas também para muitos outros surgidos na área, em língua portuguesa. Apresenta primeiramente uma evolução da lingüística textual começando pela antiga retórica, estilística tagmêmica chegando a alguns autores de hoje: Harweg, Petöfi, van Dijk, e outros. Depois inicia os leitores no estudo dos “sete padrões de textualidade”. A análise clara e documentada torna a obra leitura especialmente importante para o conhecimento da lingüística textual.

BERNÁRDEZ, Enrique. 1982. Introducción a la lingüística del texto. Madrid Espasa-Calpe

Introdução clara aos problemas mais importantes da lingüística textual com apresentação de alguns autores e modelos. Trata de questões gerais, como origem e desenvolvimento da lingüística textual, conceito de texto, formas de coerência (que não distingue de coesão). Boa a bibliografia e o glossário apresentados no final.

BROWN, G. & YULE, G. 1983. Discourse analysis. Cambridge, Cambridge University

o título e auto explicativo. Obra essencial à análise do discurso de um modo geral. Assumem o pressuposto de que se, por um lado, a análise deve incluir o estudo das formas lingüísticas e das regularidades de sua distribuição, por outro, deve incluir o estudo dos princípios gerais pelos quais o leitor/alocutário atribui um sentido ao que lê ou ouve (ele interpreta e faz inferências).

CASTILHO, A. T. de. 1986. *Uma proposta para o ensino de gramática no 1.º e 2.º Graus*. Campinas, UNICAMP. Versão preliminar.

Excelente proposta de ensino de língua portuguesa, partindo das funções sociais tais como se apresentam na conversação, passando em seguida para as categorias mais abstratas da língua. O ponto de partida é então a língua oral; e o de chegada, a língua escrita — não substituindo esta por aquela, mas mostrando que o estudo de ambas as modalidades deve fazer-se paralelamente. Fundamentais os capítulos sobre “Turnos e seqüências” e “Articulação discursiva da conversação”.

CONTE, Maria Elizabeth. 1977. *La linguistica testuale*. Milano, Feltrinelli Economica.

Contém nove textos de diferentes lingüistas, abordando problemas fundamentais da lingüística textual. Excelente, para quem se inicia no estudo, a introdução de Conte.

DIJK, Teun A. van. 1977. *Text and context*. London, Longman.

Obra de considerável importância por apresentar um modelo próprio de gramática textual, que apresenta três características principais:

- a. insere-se no quadro teórico gerativo;
- b. usa instrumentos conceituais e operativos da lógica;
- c. integra a gramática de enunciado na gramática textual.

FÁVERO, L. L. e KOCH, I. V. 1983. *Lingüística textual*; introdução. São Paulo, Cortez.

O livro objetiva pôr em evidência problemas oriundos das propriedades específicas do texto e descrever alguns dos vários modelos de gramáticas textuais.

HALLIDAY, M. A. K. e HASAN, R. 1976. *Cohesion in English*.

London, Longman.

Obra dedicada ao estudo da coesão. A textualidade depende, em grande parte, de certos fatores responsáveis pela coesão textual, conceito semântico que se refere às relações de sentido que se estabelecem entre os enunciados que compõem o texto, fazendo com que a interpretação de um elemento seja dependente das de outros. Tem servido de base para inúmeras pesquisas no campo, especialmente aquelas que se orientam do enunciado para o texto.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. 1983. *Linguística textual*, o que é e como se faz. Recife, Universidade Federal de Pernambuco. Série Debates, v. 1.

Leitura indispensável para todos aqueles que se iniciam na área. Obra pioneira no Brasil, visa a uma sistematização geral de aspectos observáveis na produção de textos, isto é, apresenta uma classificação dos fatores de textualidade. Visa sobretudo “ao enfoque do aproveitamento da linguística textual em função do ensino de língua na perspectiva textual”.

_____ 1986. *Análise da conversação*. São Paulo, Ática, Série Princípios, v. 82

Primeira obra publicada em língua portuguesa sobre a análise da Obra básica sobre a organização da conversação com excelente estudo sobre marcadores conversacionais e tópico discursivo.

MIRA MATEUS, Maria Helena et alii. 1983. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra, Almedina.

Constituída de quatro partes, a II, elaborada por Inês Silva Duarte e Isabel Faria, torna-se leitura obrigatória para os interessados nas questões de gramática textual do português. Baseia-se, essa parte II, na consideração de que qualquer língua natural é um instrumento utilizado pelos interlocutores com objetivos comunicativos e sua descrição implica a integração de uma análise dos mecanismos e processos (de natureza lógico-semântica e pragmática) que permitem a comunicação e interação verbal.



http://groups-beta.google.com/group/Viciados_em_Livros

<http://groups-beta.google.com/group/digitalsource>